

**Ata da 77ª Reunião do
COMITÊ MUNICIPAL DE MUDANÇA DO CLIMA E ECOECONOMIA**

Degravação

Dia 26 de novembro de 2019, às 9h30, na UMAPAZ

Av. Quarto Centenário, 1268 - Parque Ibirapuera - Portão 7A - São Paulo – SP

PAUTA

Expediente:

- Leitura e aprovação da Ata da 76.^a Reunião realizada em 29/10/19
- Informes gerais
- Sugestões para inclusão nesta Pauta

Ordem do Dia:

- Apresentação: “**Plano de Ação Climática de São Paulo – cenários para mitigação de emissões de GEE na Cidade**”, por Nathalie Badaoui Choumar, Assessora de Cidade do C40.
- Apresentação: “**Desenvolvimento Econômico e sustentabilidade: O caminho do futuro**”, por Aline Pereira Cardoso de Sá Barabinot, Secretária Municipal de Desenvolvimento Econômico e Trabalho.
- Perguntas e debate aberto
- Sugestão de inclusão em outras Pautas

Luiz Ricardo Viegas (Secretário Adjunto) - Bom dia a todos. Primeiro eu queria agradecer a presença dos Senhores para a nossa 77ª reunião do Comitê Municipal de Mudanças Climáticas. Hoje, a gente tem uma pauta extremamente técnica. Nós temos duas participações, da Nathalie, como a nossa representante do C40, que vai fazer uma apresentação extremamente importante do estágio do nosso Plano de Ação Climática. Teremos também a participação da Secretária Aline, da

Secretaria de Desenvolvimento Econômico, que atenderá a uma demanda da última reunião com relação à questão de que a gente está falando de mudanças climáticas e esquecendo, ou não acrescentando ou não colocando esse tripé, que é a questão ambiental, a questão social e a questão econômica e a Secretaria de Desenvolvimento Econômico tem um Plano também sendo trabalhado por eles e portanto nós pedimos que a Secretaria participasse, apresentando todas as informações e as suas estratégias para que o Comitê também tivesse conhecimento e de uma forma ou de outra a gente integrar as agendas. Vamos aguardar. Ela confirmou que por volta das 11 horas estará chegando. Então, eu peço aos Senhores que a nossa agenda hoje é bem mais técnica, voltada ao que nós estamos planejando de fato na cidade. Eu vou aqui passar a palavra para Laura. Ela está aqui como a nossa colaboradora hoje. Já descansou um pouco, esteve meio adoentada, mas ela já está aqui colaborando conosco e aí eu queria passar algumas considerações para ela, para gente antes da Ordem do dia.

Laura Ceneviva - Bom dia a todos. É um prazer estar aqui na reunião do Comitê de Mudança do Clima e vamos dar início ao expediente com a leitura e aprovação da Ata da 76ª reunião realizada em 29 de outubro. Ela foi enviada aos Senhores por e-mail. Pergunto se alguém tem algum reparo a fazer à Ata. Não havendo reparos, ela é considerada aprovada. O segundo ponto de pauta do expediente são informes gerais. Quem tem informes? Não? Ninguém tem? Eu tenho um informe, que não é bem um informe, é um lembrete, do Congresso de Áreas Verdes que está sendo realizado esses dias, que pode ser bastante interessante trazer subsídios para a cidade para a gestão do nosso patrimônio verde. É uma lembrança de uma ação que é também da Secretaria e que pode ter interferência no nosso Plano de Ação Climática que está em desenvolvimento. Alguém tem mais alguma coisa?

Luiz Ricardo Viegas (Secretário Adjunto) - Eu quero dar um destaque importante, que entre os dias 10 a 13 de dezembro, oito profissionais da Prefeitura, representando várias Secretarias, estarão em Roterdã para fazer um intercâmbio sobre a questão das propostas de adaptação, com a experiência que eles têm, a metodologia do C40, enfim, e haverá uma capacitação dos nossos técnicos da Prefeitura. A Andréa estará nessa comitiva, a Magali também. Quem mais? Você e a Marina, enfim, são profissionais da Prefeitura que farão esse intercâmbio e isso é uma ótima oportunidade para darmos sequência à construção do nosso Plano. Isso é um informe importante e isso é fruto, mais uma vez, lembrando da parceria que nós temos hoje com o C40, desse acordo que nós fizemos internacional e essa oportunidade é extremamente importante, é uma vantagem e um ganho real para a cidade.

Laura Ceneviva (Secretária Executiva) - Amanhã haverá no Instituto de Energia e Ambiente, na USP, um debate sobre cidades e clima. Eu vou participar desse debate e esse trabalho que está sendo realizado lá é um financiamento da FAPESP voltado para a discussão climática na macro metrópole paulista. Também são discussões que podem redundar em orientações não só para o Município de São Paulo, mas para os grandes Municípios, as regiões metropolitanas e aglomerações urbanas aqui do Estado de São Paulo. É um ambiente que é interessante para todos nós. Deixa eu ver se... Alguém lembrou de mais alguma coisa? É aberto. Catorze.

Luiz Ricardo Viegas (Secretário Adjunto) - Lembrando que esta semana que nós passamos... foi semana passada - quinta-feira, quarta-feira -, nós tivemos a entrega dos quinze primeiros ônibus elétricos na cidade. Eu até dei uma cutucada aqui no Denardi, mas ele falou "fala você" e eu queria lembrar que esta aquisição da cidade faz parte de todo o projeto ou toda... uma doação dos quinze ônibus para fazer um teste inicial com relação à questão de abastecimento, enfim. Acho que é um início de uma longa caminhada com relação à questão da renovação de frotas, principalmente no aspecto dos ônibus elétricos na cidade. Queria registrar também este fato.

Laura Ceneviva (Secretária Executiva) - Ah, sim, tem um informe que é importante. Vocês lembram na reunião passada que o Hamilton, do SECOVI, lembrou, reclamou, em realidade, que não tinha sido chamado a participar dos debates. Nós fomos verificar. Houve equívocos de parte a parte. Nós mandamos convite para o SECOVI, mas ele foi para a suplência, não para o titular, então o SECOVI, entre aspas, recebeu, sim, a convocação, mas nós também mandamos a convocação não completa e depois disso foram realizadas quatro reuniões. Dia 4 vai ser realizada a reunião com eles, tentando suprir a lacuna que ele teve o cuidado e a gentileza de apontar. Foi muito bom ele ter feito isso porque aí a gente pode melhorar o nosso grau de recobrimento de interesses. Bom, última pergunta: ninguém lembrou de mais nada? Informes? Não, então tá. Então, vamos para o

próximo ponto de pauta: sugestões para inclusão nesta pauta. Tem alguma sugestão de inclusão nesta pauta? Não? Então foi completada assim a parte de expediente da pauta do dia de hoje e vamos dar início à Ordem do dia. Nessa atividade, a gente vai ter a apresentação do Plano de Ação Climática de São Paulo “Cenários para mitigação de emissões de gases de efeito estufa na cidade” pela Nathalie Badaoui Choumar, que é assessora da cidade do C40 e que trabalha conosco e com todo o Grupo de Trabalho Intersecretarial no processo de elaboração do Plano de Ação Climática do Município de São Paulo. Com a palavra, a Nathalie.

Nathalie Badaoui (C40) - Bom dia a todas e todos. É um prazer e uma responsabilidade enorme estar aqui hoje. Eu acho que eu falo em nome de toda a equipe do Comitê de Mudança do Clima e Ecoeconomia que coordena esse trabalho tecnicamente lá na Secretaria do Verde, da equipe de Relações Internacionais que também coordena esse trabalho institucionalmente e de cada um dos representantes do GTI que foi elencado pelas vinte Secretarias para construir esse Plano, que é uma responsabilidade enorme esse trabalho. Então também é um desafio estar falando com vocês hoje. Como a Laura comentou, a gente vai falar um pouquinho hoje sobre os cenários de emissões futuras para a cidade de São Paulo, que foi o principal trabalho que a gente realizou nesse semestre, mas também aproveitando que é a primeira vez que esse Plano é pauta de apresentação aqui no Comitê. Ele já foi informado em diferentes reuniões desde o começo do ano, mas também é fazer um balanço das atividades que gente fez neste ano de 2019. Então, essa apresentação vai cobrir os seguintes tópicos: primeiro falar um pouquinho da C40, do programa de Planejamento de Ação Climática, do meu papel aqui enquanto assessora de cidade para a cidade de São Paulo, como é que o Plano de Ação Climática de São Paulo está pensado, qual é a governança e etapas desse Plano e onde é que a gente está atualmente. Falar um pouquinho do que foi a fase 1, que foi a avaliação estratégica da cidade, a fase 2, que é a fase de diagnóstico, que é a presente fase que a gente se encontra e falar os próximos passos de atividades previstas para 2020 e finalmente abrir para eventuais perguntas que os participantes possam ter. Bom, sobre a C40 - só para lembrar -, nós somos uma rede de cidades que foi criada e é liderada por cidades. A C40 existe desde 2005. Hoje quem é o Presidente do Conselho de Administração da C40, que é um Conselho de Administração formado por diferentes Prefeitos das diferentes regiões do mundo, é o Eric Garcetti, que é o Prefeito de Los Angeles e cabe dizer que a cidade de São Paulo participa da C40 desde a fundação da rede. Nós hoje temos noventa e quatro cidades-membros. São só megacidades e essas noventa e quatro cidades contribuem com mais ou menos 25% do PIB mundial e a gente está falando mais ou menos de uma em cada onze pessoas de uma população de 700 milhões de habitantes. Esse é o tamanho da nossa cobertura. As cidades que participam da C40 não pagam nada para participar da rede C40, mas elas têm algumas atividades necessárias para garantir o seu engajamento, então é a troca de experiências com outras cidades, projetos técnicos e no caso da cidade de São Paulo, vale lembrar que não apenas o Plano de Ação Climática hoje está sendo feito em parceria com a C40, mas alguns outros projetos, como o Projeto Zebra, que tem por objetivo acelerar a implementação de ônibus zero emissões na cidade de São Paulo. Então a gente tem colaborado muito com a SPTRANS e com a SMT, também outras equipes da C40. A gente também tem um projeto em discussão sobre compostagem e alternativas para tratamento de resíduos na nossa plataforma de soluções, que é uma plataforma que a C40 tem para juntar o setor público e privado e também a cidade participa de outras redes temáticas, como a Rede de Alagamentos Urbanos. Então são uma série de atividades que a cidade de São Paulo hoje faz com a C40. Sobre o Plano de Ação Climática exatamente, acho que sempre vale lembrar no âmbito desse Comitê da urgência de ação quando a gente fala de ação climática. O relatório do IPCC, de outubro do ano passado, que apontou o que seria necessário para que os países membros do IPCC mantivessem o aumento da temperatura em até no máximo 1,5 grau, apontou que seria necessária uma redução de 45% até 2030 das emissões de CO₂ em níveis comparativos a 2010 e uma neutralidade de emissões até 2050. É importante dizer que esse relatório ele olha para diferentes cenários - 1,5 e 2 - e tanto os cenários que mantêm essa temperatura em 1,5 e os cenários que mantêm em 2 têm ações parecidas, mas o nível de intensidade, o tipo de investimento, a urgência de ação é diferente, então a gente está falando de transformações estruturais num futuro incerto. Eu acho que uma coisa que a gente sempre lembra lá na Secretaria, né, Laura, é a incerteza desse trabalho, a dificuldade desse trabalho. A gente não tem todas as respostas, a gente, nem nós, C40, nem Prefeitura tem todas as respostas e acho que quem tiver todas as respostas, tem o ticket de 1 milhão de reais, mas a ideia é que a gente comece a pensar como responder esse desafio ainda que sem todas as respostas. Quero que vocês lembrem sempre disso ao longo dessa apresentação. Traduzindo o

relatório do IPCC na lógica da cidade e C40. Bom, a C40 lançou em 2017 um compromisso chamado Compromisso 2020 e esse Compromisso ele foi baseado numa publicação que a gente chamou de Deadline 2020, então Prazo Final 2020, onde a gente estudou - naquela época eram oitenta e seis cidades da C40 -, qual que seria a intensidade de descarbonização dos diferentes tipos de cidade. Então, aqui a gente tem quatro trajetórias - está em inglês, eu peço desculpas -, mas cada uma dessas trajetórias elas se referem ao nível de emissão per capita, então a gente considerou se era um nível baixo ou alto e o PIB per capita. Aqui a medida que a gente usou foi 15 mil dólares de PIB per capita. Então, cidades como o caso de São Paulo, que elas têm um PIB per capita relativamente alto e uma emissão relativamente baixa a média C40, teriam que obedecer mais ou menos essa trajetória de declínio. Aqui vocês veem que são cidades de 3 toneladas per capita de emissões de CO₂ equivalente, mas na verdade a cidade de São Paulo é 1.4, Laura, é 1.4 no ano de 2017. Então, o que a gente está falando é mais ou menos esse nível de intensidade de descarbonização para a cidade de São Paulo hoje. Independentemente da trajetória de outras cidades, a gente vê aqui, por exemplo, cidades que vão ter um desenvolvimento ainda mais tardio. Elas têm um pico mais demorado, que são cidades em desenvolvimento; por exemplo, cidades africanas, e depois elas têm uma outra queda. Independentemente do tipo de cidade, a gente vê que todas as ações elas vão ter que ser tomadas na próxima década. Tipo, de 20 a 32 aqui, a gente tem a concentração. Algumas cidades indo até a 37, aqui algum esforço, mas até 32 é um ano chave para a gente ter as maiores ações, de maior impacto, e daí para frente começar a falar só da descarbonização dos sistemas de energia elétrica, então que as cidades têm que ter na próxima década esse papel fundamental. Vale lembrar também que não só a gente está falando de emissões, mas a gente está falando de riscos. Então, os riscos às populações urbanas têm cada vez mais aumentado; então, esse gráfico é de uma publicação nossa na C40. Aqui tem extremo calor, então a gente tem 1.6 bilhões de pessoas até 2050 em risco de extremo calor. Isso dá mais ou menos 1.000 cidades aqui. Quando a gente olha para extremo calor e pobreza, a gente tem 2 milhões. Isso é oito vezes maior do que hoje a gente tem. Falta de água - o que eu falei? Duzentos milhões, sorry - 650 milhões de pessoas sofrendo com escassez de água, mais ou menos 500 cidades. Vale lembrar que São Paulo passou por uma seca recentemente. Mil e seiscentas cidades com insegurança alimentar e também aqui a gente tem sempre que lembrar do papel da mudança do uso da terra para outros usos e como isso pode impactar sistemas inteiros de alimentação, mundialmente. Aumento do nível do mar - 570 cidades mais ou menos aí em risco - e aumento do nível do mar combinado com plantas nucleares, 230 cidades. Então, é uma complexidade cada vez mais crescente e por isso a gente lançou, como eu falei, esse programa de Planejamento de Ação Climática onde primeiramente as cidades da C40 adotaram esse compromisso 2020, na qual elas se comprometiam, até o final do ano de 2020, a fazer um Plano de Ação Climática. São Paulo é uma dessas cidades. O Prefeito Bruno Covas adotou esse compromisso em setembro do ano passado - 2018 - e agora neste ano de 2019 a gente deu início aos trabalhos do Plano de Ação Climática. Hoje, a gente tem mais do que as cidades da rede comprometidas - então, são 103 cidades - nove cidades além da nossa rede C40 e já são onze Planos que já foram aprovados dessas cidades aqui. Para quem tiver curiosidade sobre o conteúdo desses Planos, alguns exemplos eu vou trazer aqui hoje, mas estão todos aqui no Centro de Recursos, nosso *Resource Center* da C40 nesse site. Bom, o Plano de Ação Climática de São Paulo, depois dessa longa introdução. O que que é um Plano de Ação Climática? Primeiro, ele tem quatro componentes principais. O primeiro é apresentar uma trajetória clara, metas específicas, ações específicas de como a cidade vai chegar a zero emissões em 2050, então a gente está falando aqui de um desafio. Tem cidades que já têm seus Planos; por exemplo, Nova York, que ainda tem 20% de emissões residuais. A gente sabe que isso é uma meta ambiciosa para a cidade, mas também tendo em vista os riscos e os cenários de incertezas, as cidades não devem estar mirando menos que isso para contribuir à contenção das mudanças do clima. Também pensar em aprimorar resiliência, então visto os perigos que podem aumentar nas cidades, os eventos extremos que podem ter um aumento, enchentes, ondas de calor, até mesmo escassez de água, que a gente sabe que pode ser um risco também para São Paulo, que deve ser estudado. Então, como é que a cidade vai responder a esses riscos? E sempre pensando essas soluções de uma maneira a garantir a justiça climática, então a gente sabe que as mudanças climáticas afetam populações vulneráveis de maneira muito mais impactante do que outras populações. Também há custos nessas ações e a gente tem que também pensar qual que é a justiça desses custos para o total da cidade. Isso tudo num componente que eu acho que é o mais importante, que é a governança e a colaboração. A todo momento a Laura fala isso, o Secretário Ricardo Viegas também fala isso. Esse não é um plano ambiental; esse é um

plano climático. Então, ele envolve diferentes setores, ele envolve também - dentro da Prefeitura -, ele envolve diferentes atores. Esse pilar da governança é muito importante. Só para traduzir o que que é mitigação, adaptação e equidade. Quando a gente fala de mitigação, a gente está falando das emissões de transportes; então, o que que foi queimado em termos de combustíveis na cidade, dentro da cidade. A gente está considerando aqui, no caso São Paulo, o consumo de energia de fontes fixas, então a energia elétrica que vem da rede e que tem uma demanda aqui na cidade, ela é incentivada pela cidade; os resíduos sólidos que são gerados pela cidade e são tratados ou dentro da cidade ou fora. Essas emissões também entram na conta do Município. E os efluentes líquidos. A gente está falando aqui de tratamento de esgoto e melhorias para conter essas emissões. Quando a gente fala de adaptação: então, não só identificar quais são os riscos que a cidade vai cada mais estar exposta, mas pensar em que tipos de soluções; por exemplo, infraestrutura verde-azul, parques, revalorização das águas na cidade, pensar numa infraestrutura urbana mais resiliente a esses impactos, como manter também serviços ambientais ecossistêmicos, por exemplo, aqui é uma imagem do projeto Ligue os Pontos. Então, como manter os reservatórios de água na cidade e quando a gente fala de equidade, que é a parte de benefícios sociais que eu estava mencionando, é a gente garantir que esses benefícios e essas ações tragam benefícios a todos, gerem oportunidades econômicas - eu acho que aí a apresentação da Secretária Aline também vai trazer alguns insumos para essa discussão. Alguns exemplos, rapidamente: a gente está falando de uma trajetória até 2050. Esse aqui é o Plano de Londres. Alguns pontos interessantes de Londres: em 2037, todos os ônibus vão ser zero emissões na cidade. Em 2026, a cidade não vai ter nenhum resíduo enviado a aterros, por exemplo, e o interessante nessa trajetória é que a gente coloca aqui o que que depende só do Prefeito de Londres - Mayor of London -, aqui o que que depende do Governo Nacional. Então também tem metas condicionais. A gente não está falando para as cidades fazerem tudo sozinha. A gente sabe que tem metas que vão depender de outros níveis de governo. E aqui também vão depender de outros atores. Então, a adoção de tecnologia nas residências. É uma adesão dos cidadãos também a medidas que possam reduzir essas emissões ou adoção das empresas, de medidas de maior eficiência energética, geração de energia distribuída fotovoltaica, por exemplo, e flexibilidade. Eu falei muito de incertezas; então, também pensar que o Plano ele pode pensar em ações agora de baixo custo, ações que dependam de mudanças mais estruturais - aqui, como no caso de Londres, que é mudar a matriz energética elétrica - e que a gente consiga colocar essas condicionalidades para que a cidade possa rever a longo prazo essas metas. Aqui o Plano de Barcelona também é bem interessante, que ele traz diferentes aspectos, por isso que eu sempre digo que não é um plano ambiental, é um plano climático, então é diferentes políticas que reveem e pensam a cidade como um todo. No Plano de São Paulo, assim como nos Planos que a C40 está apoiando, a gente tem quatro principais fases. Uma primeira fase a gente olha para a cidade, vê o que a cidade já faz e o quanto os compromissos, metas, programas já respondem a essa ambição do Acordo de Paris. Um diagnóstico: então, como é que vão se comportar as emissões futuras da cidade, quais os riscos que a cidade vai sofrer no futuro, vai estar exposta no futuro, quais são as ações que poderiam reduzir esses riscos, para finalmente entrar numa fase de planejamento, onde olhando para essa realidade a gente vai começar a priorizar ações tanto para adaptação quanto para mitigação, e uma revisão do Plano. A C40 disponibiliza um quadro de Planejamento de Ação Climática, que traz alguns critérios básicos do que que é um Plano, mas cabe à cidade definir qual é o formato desse Plano e como ele vai ser consolidado, mas a gente tem essa revisão. E vale dizer também que na parte de revisão tem toda a questão de contribuições de consultas públicas e de engajamento de atores externos que são incluídas a esse Plano. Eu falei no começo da apresentação, mas hoje a governança do Plano se dá dessa forma: a gente tem uma coordenação técnica - a Secretaria do Verde e Meio Ambiente -, uma coordenação política e institucional da Secretaria de RI, que faz o contato mais frequente com os Secretários municipais, tem o Grupo Técnico Interinstitucional, que são vinte órgãos municipais, de acordo com a Portaria 509 do dia 24 de setembro - nunca mais vou esquecer a data - e a gente tem a C40 aqui com uma equipe de consultoria, e do ICLEI ali também - é nossa consultora e participou desse processo, que presta todo o apoio técnico para que isso aconteça. Eu não vou falar as vinte Secretarias, mas vou agradecer a todos pelas contribuições de sempre. Para quem tiver interesse a Portaria é essa aí. Rapidamente, a primeira fase a gente completou em junho. Tudo começou com uma reunião em abril com o Prefeito Bruno Covas, aonde ele chamou a equipe C40 e alguns principais Secretários envolvidos com essa pauta da agenda climática para lançar oficialmente os trabalhos do Plano. A gente teve uma reunião técnica onde foi o intuito de familiarizar os técnicos do que que é esse Plano de Ação Climática, que capacidades a gente está falando, o que que a gente tem como produto

final, e essa oficina de avaliação estratégica onde a C40, junto com trinta e cinco representantes de dezoito Secretarias e órgãos municipais, tentou entender o que que já existe na cidade, da onde a cidade parte, até mesmo para esse Grupo de Trabalho definir as suas ações. Só nesse processo, a gente falou com mais de trinta e cinco atores de quinze órgãos municipais e instituições municipais em entrevistas bilaterais. A gente reviu vinte e oito ações, projetos e planos nesses diferentes setores. Alguns deles estão por aqui, muitos de vocês trabalham com essas iniciativas. E a gente entrou na fase 2 a partir de julho, que é a fase que eu gostaria de focar hoje. A fase 2 a gente começou o diagnóstico primeiramente da parte de mitigação. Então, o objetivo foi apoiar a cidade a definir novas metas de redução de emissões. Quando eu falo novas, a gente sabe que já tem algumas metas importantíssimas, como a meta de neutralidade de emissões na frota municipal, da Lei 16.802. Também orientar o trabalho da cidade, dessa equipe técnica que está coordenando o Plano para definir quais são as ações para levar a essa redução de emissões e, também, a gente começar um processo de engajamento de atores para fora da Prefeitura. Falando de metas de mitigação, o que que é uma meta de mitigação. Ela é um compromisso para reduzir as emissões de gases de efeito estufa ou a intensidade dessas emissões a um certo nível que se espera alcançar em uma data futura. Ela sempre vai ser em relação a um ano e ela vai ser ou de intensidade ou uma meta global. Quando eu falo intensidade é por unidade do PIB ou emissões per capita. Por que fazer cenários de emissões? Bom, para a gente definir essas metas, então para entender um pouquinho. A cidade já está fazendo ações que vão levar a esses compromissos climáticos, vão levar ao atingimento desses compromissos? Quão efetivas são essas ações? E são suficientes para esse nível de ambição do Acordo de Paris? Para fazer isso, a gente disponibiliza para a cidade, a C40 disponibiliza essa ferramenta, que é o *Pathways*, permite que a cidade identifique quais são os impactos de algumas ações pré-modeladas e onde a gente consiga colocar números específicos da cidade, desenvolver esses cenários e ver qual que é um cenário de maior impacto ou não, e fazer alguns cálculos que orientem a cidade a fazer as ações que refletem o seu contexto. Isso aqui é uma grande calculadora. Por vezes, é um instrumento de futurologia também, mas é o que a gente disponibiliza para essa discussão. Mais importante foram as discussões que aconteceram ao longo desse processo. Lá em julho foi compilado e apresentado até aqui no Comitê o Inventário de Gases de Efeito Estufa da cidade, que foi inteiramente compilado pela Secretaria do Verde e do Meio Ambiente. A gente teve uma coleta depois de dados contextuais nos diferentes setores, aqueles setores de emissões que eu comentei: resíduos, transportes e consumo de energia em fonte fixa. A gente identificou uma série de dados contextuais, isso muito também com as equipes da Prefeitura em reuniões com especialistas setoriais, e depois uma série de ações foram identificadas, que já estão sendo planejadas; por exemplo, a descarbonização da frota ou as metas do Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, que podem impactar na redução de emissões, ou também quais são as medidas de eficiência energética que a Prefeitura já aplica nos seus prédios próprios, fomento à geração de energia limpa pela geração distribuída. A gente foi identificando tudo que a Prefeitura já fazia muito com base no que já tinha sido feito na avaliação estratégica e dando números a essas ações, que foi a parte mais difícil. A gente teve muitas reuniões, mas muitas reuniões mesmo - mais de vinte e sete reuniões - cinco reuniões setoriais e várias reuniões bilaterais. A gente falou com mais de sessenta organizações de dentro e fora da Prefeitura - isso tudo em dois meses, mais ou menos. Mais de 130 pessoas foram escutadas nesse processo. A gente sempre fala desse número; a gente sabe que não é o suficiente, que muito mais pode ser incluído, mas também um pouco de dar publicidade esse trabalho é de incluir cada vez mais esses atores. Em 25 e 26 de setembro, a gente teve uma oficina que foi para entender como a cidade pode ir além, que outros cenários ela pode pensar para finalmente agora, nesse período de outubro a janeiro, esse Grupo Intersecretarial começar a definir essas metas e ações, temos listado ações de redução de emissões nos diferentes setores. Isso aqui não sei se vocês lembram vem até da apresentação da Laura - acho que foi em agosto que ela fez aqui no Comitê - então, só um pouquinho do perfil de emissões da cidade. Aqui, a gente tem de 2010 a 2017. Em 2014 teve um grande pico de emissões e muito puxado. Esse aqui é a curva total de emissões e a gente vê que essa curva total ela é puxada pelo consumo da energia estacionária, ou seja, pelo fator de emissão do Sistema Interligado Nacional acaba puxando essa curva para cima. Depois há uma queda e uma leve subida em 2017. Hoje o setor de transportes é responsável por quase 60% das emissões da cidade. A gente depois tem energia, consumo de energia em fonte fixa - energia elétrica e outras energias que são consumidas em fontes fixas -: queima de combustíveis fósseis para geração de energia elétrica, por exemplo, ou em processos industriais e resíduos. Aqui o que eu falei. A gente tem 32.9 da energia em fonte fixa, estacionária, 59.3 em transportes e resíduos e aqui o que a gente vê essa curva roxa

é o transporte rodoviário. A gente está falando de ônibus, automóveis, motocicletas, caminhões, que hoje, dentro desse total, mais ou menos 36% das emissões totais da cidade hoje estão no transporte rodoviário. A gente tem essa barrinha aqui residencial, consumo de energia no setor residencial, comercial, institucional. Aqui tem a indústria da construção e da manufatura - indústria da transformação - e aqui indústria de energia. Resíduos sólidos está aqui - é mais ou menos 700 mil toneladas por ano, se não me engano - e aqui é efluente líquido. Só para comparar, porque eu acho que esses números às vezes não falam nada per se, então Rio de Janeiro, na verdade, eles têm muito mais emissões - não muito mais -, mas comparativamente. Transportes não chega a ser tão grande lá, porque a gente tem um grande consumo na indústria. Isso aqui muito porque o Rio de Janeiro tem duas grandes siderúrgicas. Resíduos também ali também a cidade do Rio de Janeiro tem maiores emissões, e de processos industriais também a cidade tem emissões. Buenos Aires, por exemplo, tem uma matriz energética muito mais carbonizada. A gente vê que as emissões estão concentradas aqui no consumo de energia nas residências, no comércio. Nova York, por exemplo, só para dar uma outra ordem de magnitude, 50 milhões de toneladas. São Paulo está até bem na fita comparativamente, mas com os desafios distintos dessas cidades. Aí, finalmente, para os cenários que a gente modelou. O primeiro cenário que a gente modelou para orientar o Plano de Ação Climática é o que a gente chama de Business as Usual, ou seja, se absolutamente nada for feito. Esse cenário ele tem suas limitações, mas ele é muito útil também para a gente entender e não superestimar o impacto de algumas ações de mitigação, então aqui ele só considera o crescimento econômico e o crescimento populacional. Olhando apenas para essas duas variáveis, as emissões da cidade têm uma tendência de aumento de 108% até 2050 e os setores com maior aumento a gente vê que continuam sendo o setor de transporte e o consumo de energia em fonte fixa, energia estacionária. O menor aumento segue sendo resíduos. Então, isso aqui a gente modelou a partir de estimativas de PIB e de população baseado numa metodologia internacionalmente reconhecida, inclusive adotada pelo IPCC, que é a Identidade de Kaya, onde as emissões de carbono elas são uma função da população pelo PIB per capita, pela intensidade de energia por unidade de PIB, então, quanto de consumo de energia eu tenho para gerar uma unidade do PIB, e a intensidade de carbono dessa energia, o quão limpa é essa energia ou quão dependente de um combustível fóssil. Essa Identidade de Kaya é calculada para vários países hoje. Isso aqui é para o Brasil, por exemplo, onde a gente tem uma alta correlação entre PIB e emissões. Não foi um exercício fácil, porque primeiramente a gente não tem estimativas de crescimento de PIB nesse nível até 2050 para a cidade. Então, a gente teve que ser criativo e entender mais ou menos que outras estimativas poderíamos usar. Foram consultados diferentes relatórios de bancos, o próprio IBGE, também o Banco Central e população foi um pouquinho mais fácil porque a Fundação Seade já tem as projeções de população e a gente vê que tem uma queda. Da década de 40/50 a gente já tem uma queda de 0.1% na população do Município de São Paulo e essas aqui foram as taxas que a gente usou de crescimento do PIB para a cidade de São Paulo a partir de uma correlação entre o PIB de São Paulo e o PIB brasileiro de 0.88. Como eu falei, o cenário BAU ele tem algumas limitações, mas ele é útil para a gente também entender o quanto que as políticas que já estão planejadas elas vão mais além para uma ambição de descarbonização da cidade. Algumas incertezas, como eu comentei do PIB e, também, a gente tem que considerar que ao pegar um ano específico das emissões, de repente eu estou ignorando alguns eventos que aconteceram naquele ano. No caso de 2017, por exemplo, o nível de emissão de São Paulo ele é muito parecido da média histórica de 2010 a 2017. Essa distorção a gente acabou meio que corrigindo, porque por sorte 2017 está muito perto dessa média, mas, por exemplo, se a gente pegasse 2014, onde teve um pico de emissões, de repente esse cenário teria sido muito diferente. E, aí, depois desse cenário, que a gente chama de cenário Business as Usual, o BAU, esse aqui é o tracejado dele. Se vocês lembrarem lá daqueles estudos que eu mostrei da C40 no começo da apresentação, que é o Deadline 2020, onde a gente recomendou uma série de curvas de redução de emissões, essa aqui é mais ou menos a curva recomendada para São Paulo, então aqui a gente está falando de 50% a menos emissões e aqui a gente está falando de 10%, quer dizer, sobra só 10%, então a gente está falando de 90% em comparação aqui ao ano base, que é 2017. Essas metas não são as metas da cidade; essas metas estão em construção. Isso aqui é simplesmente um indicativo do nível de ambição, o nível de ação que a cidade de São Paulo tem que ter. Aí, um segundo cenário que a gente modelou, como eu comecei com vocês, a gente fez toda aquela pesquisa do que a cidade já faz: é a Lei 16.802, é a descarbonização da frota, é o cenário de biocombustíveis que está aumentando no Brasil. A gente foi atrás de todas essas ações. Eu não vou detalhar cada uma delas aqui, que é uma planilha extensa, mas só para dar uma noção desse trabalho para vocês, a gente

sai desse 33 milhões aqui e tem uma redução considerável de 60%.; a gente chega em 13 milhões. Então, quando a gente olha, acaba respeitando a média histórica de São Paulo - essas ações planejadas -, então, quer dizer, São Paulo não vai ter 33 milhões, mas a partir dessas estimativas, a gente poderia dizer que vai continuar um perfil histórico. Grande parte da mitigação que a gente tem aqui é da mudança de combustível. Não só a Lei da Frota, mas também é uma maior inserção de biocombustíveis no cenário da indústria automotriz. E, aqui, algumas reduções da geração de energia. Aqui foi considerada geração distribuída. Vale lembrar que São Paulo tem uma PPMI aberta sobre esse tema para os prédios públicos e é um setor que está querendo se desenvolver na cidade e aqui é eficiência energética em edifícios, onde a gente olhou uma série de medidas não exaustivas, porque eficiência energética em edifícios tem toda uma parte de arquitetura do próprio edifício, mas a gente olhou para lâmpadas LEDs, eficiência de ar condicionado, mudanças no aquecimento de água e na cocção - foram uma série de medidas que a gente considerou -, maior eficiência de equipamentos - geladeira, os equipamentos de maior consumo numa residência, por exemplo, e a gente chegou a esse cenário aqui. Então, a gente está falando, ou seja, para zerar as suas emissões e ter esse compromisso de neutralidade de emissões até 2050, São Paulo tem que reduzir 82% de emissões se a gente olha esse cenário planejado. Esse cenário planejado foi validado com aquelas trocentas pessoas e nas diferentes reuniões e nas oficinas e com base nele a gente começou a construir outros cenários. Aí, o que eu estava falando aqui para vocês. Esse cenário planejado ele depende muito de ações em nível nacional, porque a gente está falando de um aumento da participação de fontes renováveis. A gente sai de 80%, mais ou menos, em 2017 para ter 87% de fontes renováveis no Sistema Integrado Nacional e está falando também da eficiência e troca de combustível no transporte privado e no transporte público. Então, a gente considerou isso uma ação de nível nacional. Para o transporte individual, a gente considerou nacional, porque depende de toda a indústria automotriz; não vai depender apenas da cidade colocar que só veículos sem combustão vão circular na cidade se a indústria não responder à altura. Enquanto que para o transporte público essa equação já está resolvida. Para esse cenário 2, só para dar uma ideia para vocês aqui, eu falei lâmpadas LEDs. A gente modelou mais ou menos a tendência, observando tendências de vendas e também hábitos de consumo. O aumento da geração distribuída aí para 12% das residências e 25 nos comércios em 2050. Novos edifícios com melhoria de eficiência na iluminação. Transportes, né? Aqui a gente está falando de 49% do uso de eletricidade, 45 no uso de etanol, 100% de combustíveis renováveis. A gente optou pela eletricidade porque é o que a plataforma nos dá de zero emissão, mas a gente sabe que não vai ser eletricidade necessariamente, e o aumento da participação modal no metrô e do táxi. Resíduos também a gente olhou aqui para 60% dos resíduos desviados dos aterros até 2050 e 58% de papel e plástico reciclado. Esse aqui foi o cenário planejado que deu aquele efeito na redução de emissões. Fazendo tudo isso, a gente tem 91% da redução de emissões de transportes; 8.8 na energia, sendo que 4.1 é uma redução no Sistema Elétrico Nacional; e resíduos é menos de 1% do total. Ficou clarinho aqui, desculpa. O que a gente observa, o que que sobra para mitigar em São Paulo frente a esse cenário de ações que já estão planejadas. No transporte, a gente tem uma queda considerável comparado ao ano base; então, 75% nos transportes rodoviários, que é a maior fonte de emissões hoje na cidade, só que aqui em eficiência energética o aumento que estava previsto no cenário Business as Usual era de 111%. O que a gente conseguiu frear aqui foi só isso. A gente tem 78% ainda de aumento. E aqui teve uma queda de 27,5 no setor de resíduos sólidos. Efluentes eu acabei não colocando aqui porque é uma responsabilidade do Estado, apesar de compartilhada também, mas eu quis dar mais ênfase aqui nos resíduos sólidos, mas teve um aumento. Para sintetizar, a gente ainda precisa pensar em medidas que sejam mais ambiciosas para promover a eficiência energética nos edifícios, principalmente nos edifícios residenciais. A gente está falando de uma mudança aqui de hábitos de cocção, aquecimento de água, então como é que a gente reduz as emissões de gás natural, por exemplo. Esse é um desafio enorme para a cidade. E as emissões do setor industrial, que a gente nem prestou muita atenção porque a indústria de São Paulo não é tão grande na participação do nosso PIB, mas a longo prazo a gente olha aqui que tem um crescimento, então realmente aqui um diálogo vai ser necessário com essas indústrias e entender se tem algum acordo setorial ou o que que a gente pode fazer para reduzir essa barra aqui que está em 3.1 milhões e que equivale a mais ou menos a 30% das emissões que restam. Transportes, que foi a nossa maior preocupação, na verdade a gente teve um ótimo resultado, mas ainda algumas ações podem ser melhoradas e pensar a mudança modal que priorize modos ativos e sustentáveis. Quando a gente fala modos ativos, a caminhada, a bicicleta, patinete, demais modos que sejam zero emissões. Sustentáveis aqui a gente está falando de transporte zero emissões; então o transporte público de São Paulo, a

partir de 2038 vai ser zero emissão e restrição de veículos de carga, que isso é uma medida bastante difícil, até mesmo de ser modelada na ferramenta. A gente teve um desvio da fração orgânica que vai para o aterro ser tratada para outros métodos de tratamento. É importante - 60% -, mas ainda dá para aumentar esse nível de comprometimento e é isso que a gente agora está confirmando com uma série de especialistas dentro da Prefeitura. Esse cenário de ações planejadas foi apresentado nessa oficina de 25 e 26 de setembro, onde as principais premissas que foram usadas foram validadas por diferentes especialistas. Participaram desse workshop quarenta e duas pessoas ao longo desses dois dias. Também a gente teve convites a convidados externos, representações do setor privado. A gente só focou nos sindicatos; a gente não chamou nenhuma empresa nesse caso para focar as discussões no setor. Tivemos representantes da sociedade civil também e Academia. Então, três grupos que discutiram que outras ações, além dessas já planejadas, a Prefeitura poderia pensar e implementar. E, aí, estão aqui as grandes ações que eu comentei já ao longo da minha fala, mas só para lembrar o que que a gente está falando quando a gente fala de redução de emissões em cada um desses setores. Esse cenário 3 que foi pensado, cujas premissas foram elaboradas nesse workshop. A gente instigou os participantes a irem além, então a gente fez uma provocação: "São Paulo chegou à neutralidade de emissões em 2050, como é que essa cidade se parece". Fazendo esse exercício, a gente começou a fomentar essa discussão para tentar pensar em ações que vão além dessas que já estão planejadas e aqui a gente fez uma trajetória até a naturalidade de emissões até 2050. Eu não trouxe aqui o cenário resultante dessa discussão, porque como eu disse, ele está em validação pelas diferentes Secretarias. Uma série de hipóteses também que a gente está testando, corrigindo, mas só para lhes dar um pouco de informação de que tipo de ação a gente falou quando a gente fala de ação mais ambiciosa do que aquelas ações ali que estavam planteadas, a gente falou... Aqui a gente manteve essa ambição de 12 para 25% da geração distribuída em 2050, 100% das lâmpadas LED, 100% de aparelhos eletrônicos e de ar-condicionado de alta eficiência. Quando a gente olha para ar-condicionado no Brasil, ele comparativamente a outros países como Europa ele é de baixíssima eficiência. Vinte e cinco por cento de residências e comércios com aquecedor solar de água em 2050. Os edifícios comerciais com 100% de LED, os existentes, porque a gente está falando de novas e aqui já das construções existentes, e o ar-condicionado aí também como uma ação com bastante potencial tanto para as residências quanto para os comércios. E, aí, também os participantes colocaram iniciativas que a Prefeitura ou que outros atores, outros níveis de Governo, teriam que tomar para estimular que essas metas fossem passíveis de acontecer. Isso aqui, mais uma vez, está sendo discutido com as Secretarias. Isso aqui são sugestões, nada está escrito no mármore ainda, mas pensar lei de eficiência energética, pensar como o PROCEL EDIFICA, selo em edificações, pode ser utilizado nos edifícios comerciais e residenciais, colocar alguns critérios de exigência a nível municipal. Alguns incentivos pelo IPTU para adoção de tecnologias mais verdes nas construções, enfim, etiquetagem de todos os prédios públicos aí para 2020/2030, uma série de ações que foram pensadas nesse setor. Aqui acho que é o setor que mais difícil porque tem uma infinidade de ações que podem ser pensadas. Transportes e mobilidade. Muito das reduções que a gente já tinha ali no cenário planejado vieram dessa mudança de combustível. Então, a gente manteve um cenário aqui mais ou menos conservador, com 50% do uso de eletricidade e 45% do uso de etanol em 2050 para o transporte individual, e uns 5% de gasolina ainda. A gente não zerou todas as emissões aqui e hoje o número base - cabe lembrar que é esse aqui - e uma outra proposta que surgiu e aonde a Prefeitura tem total poder de regulação seria de exigir que os táxis e os aplicativos tivessem 100% do transporte usando eletricidade ou algum outro meio que não fosse a combustão. Isso inclusive é uma ação que a gente vê em diferentes cidades do C40 que estão adotando isso para reduzir as emissões, já que o transporte individual acaba que depende de grandes mudanças na indústria a nível nacional. E aqui a gente colocou uma meta - quando eu falo a gente, é os participantes do workshop - uma meta bastante ambiciosa de aumentar 52% na participação de modais ativos. A gente está falando de caminhada e está falando de bicicleta, no caso, e poderia incluir também aqui alguma outra alternativa, o patinete, enfim. Saindo no ano base - esses dados aqui são da OD. No caso aqui de transportes, a gente tem bastante sorte porque tem muito dado sobre transportes, então a gente sai desse total. Aqui bicicleta e caminhada é 30.7 para 33 em 2030, 36 em 2040 e 46.7 em 2050. Isso exige uma transformação de uma cidade que está pensada na lógica do automóvel; então, não só políticas de melhoria da infraestrutura de transportes, mas redução de distâncias, novas centralidades, redução da distância casa-trabalho. Então, são uma série de ações que dependem não só apenas do trabalho em transportes, mas do trabalho de planejamento urbano também na cidade. Isso tudo mais uma vez é disruptivo, se a gente pensar a lógica da cidade hoje

e precisa de uma negociação com as Secretarias. Finalmente, resíduos a gente aumentou aqui de 60 para 80. Os participantes entenderam que daria para aumentar a ambição dos resíduos orgânicos que são desviados do aterro, ou seja, eles têm outro tipo de tratamento que emite menos, então eles vão para compostagem ou eles vão para uma biometanização, que é a digestão anaeróbica, onde eles viram biogás, que pode ser reaproveitado para alguma outra atividade ou até mesmo para combustível, e desviar 75% do papel e plástico. Então, reciclar 75% do papel e plástico até 2050. E aqui uma série de ações. Aqui também destaque aos Ecoparques, que hoje estão em discussão pela Prefeitura a instalação do primeiro Ecoparque. E, também, a questão da restrição de embalagens que não têm um mercado, que isso é um desafio muito grande para a reciclagem hoje; então, ainda que elas sejam coletadas na coleta seletiva, elas não têm mercado de venda dessas embalagens. Então você acaba que você não recicla. Isso aqui vai acabar no aterro. Uma série de ações que dependem também de consumo e de parcerias com a própria indústria também para repensar o setor de embalagens. E daí assim: vocês vão me perguntar. Mas, isso tudo é ambicioso demais? O que as outras cidades do C40 estão fazendo? Aqui em eficiência energética, eu coloquei essas três cidades porque em termos de escala e complexidade elas são muito similares a São Paulo. Dos Planos que já estão aprovados: então, 2019 todos os edifícios novos em Londres deverão ser carbono zero. Em 2030, 70% dos edifícios vão ter essa certificação de performance energética C, que agora não sei explicar direito, mas seria um selo, como a gente seria o nosso PROCEL EDIFICA aqui, por exemplo. Los Angeles eles estão investindo fortemente em produzir toda a energia em nível local e que seja 100% renovável. Aqui eles falam pé quadrado, não é metro quadrado lá, mas reduzir o uso de energia em edifícios por pé quadrado em 22% em 2025, 34 em 2035 e 44% em 2050. Todos os novos edifícios serão carbono zero em 2030 e todos os edifícios da cidade serão carbono zero até 2050. Nova York também está acelerando medidas para retrofit para reduzir em até 20% pelo menos os prédios públicos até 2025, então pensar em medidas. Lá eles têm a questão do aquecimento; então, pensar em medidas de reforma desses prédios para usar menos energia e uma energia que não é limpa hoje para o aquecimento. Implementar...eles chamaram códigos de energia, então eu entendo que seja uma documentação complementar a um Código de Obras, onde você coloca alguns limites de consumo energético nos edifícios. Em transportes, o que que essas cidades estão fazendo. Como eu já tinha falado, até 2037 Londres, todos os ônibus serão zero emissões. Londres hoje tem uma zona central de ultrabaixa emissão, onde diferentes tipos de veículos são restringidos; então, veículos a combustão não podem entrar num certo perímetro e a ideia é expandir essas zonas em 2021. São Paulo, lembrando que já tem alguns dias no Centro onde o automóvel não pode entrar no Centro Histórico; então, é uma discussão que já está começando por aqui. Em 2025, todos os carros leves - carros de passageiros - serão zero emissões em toda a Grande Londres; não só na cidade, mas na região metropolitana como um todo. Em Los Angeles, que é uma cidade que hoje só tem 15% das suas viagens realizadas a pé ou em transporte público ou em bicicleta - só 15%, vou repetir -, as metas que eles colocaram foram as seguintes: até 2025, 35% das viagens vão ser realizadas a pé, em bicicleta, em micro mobilidade. A gente está falando aqui do patinete, outros modos, ou em caronas; 35% em uma cidade que hoje atualmente tem 15% a linha de base. Cinquenta por cento em 2035 e manter esses 50% até 2050. Em Nova York, a gente está falando aqui quatro a cada cinco viagens vão ser feitas a pé, em bicicleta ou em transporte público. Eu queria trazer a complexidade dessas cidades aqui. Eu sei que são contextos diferentes de implementação, mas cabe lembrar que ninguém tem todas as respostas, como eu já falei, e que o desafio está dado a todo mundo. Resíduos, só para finalizar. Londres também colocou - eu mencionei no começo - reduzir 100% dos resíduos enviados a aterro, então dar uma destinação, outros tipos de tratamento a esses resíduos. Até 2030, 65% dos resíduos vão ser recicláveis. Tudo o que pode ser reciclável vai ser reciclado. Los Angeles também vai ter um desvio de 76%. Ele vai aumentar de 76% para 90% em 2025 e 95 em 2035 e finalmente 2050 nenhum resíduo vai para aterro. Então, todos eles vão ter outro tipo tratamento menos poluente. Zerar o resíduo orgânico enviado para o aterro em 2028 e reduzir a geração de resíduos per capita, então aqui a gente também está falando de ações também para geração de menos resíduos e metas para reciclagem. Nova York também tem metas também visando a compostagem e aumentar essa coleta diferenciada de orgânicos em toda a cidade. Era isso que eu queria apresentar do contexto que a gente está e pontuar alguns dos próximos passos nesse trabalho que começou, lembrando em maio. Então, a gente tem seis meses de trabalho técnico nessas duas fases, que foram avaliação estratégica e o diagnóstico de mitigação. Depois de toda aquela discussão lá no workshop em setembro, a gente fez mais algumas reuniões bilaterais com setores que não estavam presentes no workshop. A gente fez uma modelagem prévia desse cenário 3,

então esse cenário 3 ele já existe, mas ele está sendo discutido com as Secretarias para entender a sua viabilidade, entender também como ele se alinha com o que a Prefeitura já faz e com as prioridades da Prefeitura daqui para frente e a gente teve um relatório preliminar que também vai ser revisado de acordo com o resultado dessas reuniões. A gente está apresentando esse cenário 3, essa prévia, para as principais Secretarias envolvidas com a mitigação de emissões nesse momento e também está pedindo para que as Secretarias apontem responsáveis para a definição dessas metas. Daqui até janeiro, a ideia é que a gente comece a ter metas para cada setor, com ações elencadas nesses tipos de ações aqui que a gente já identificou até janeiro do ano que vem. Aqui, a elaboração do documento apresentando metas e ações de mitigações e esse documento aí, sim, vai passar por novas consultas. Próximos passos do Plano em geral, próximos passos do diagnóstico de mitigação. Relembrando aqui o próprio comunicado que o Ricardo fez no começo da reunião, a gente vai ter uma Academia de Adaptação Climática agora em dezembro, do dia 10 a 13, onde oito técnicos de sete Secretarias municipais vão ter um treinamento customizado em Roterdã para começar a pensar a parte de adaptação. Para fazer essa estratégia de adaptação a C40 também está contratando estudos que a gente chama de *downscaling* de cenários climáticos. Então, pensar em cenários já produzidos pelo INPE, por exemplo, como é que eles se refletem para a escala da cidade e analisar alguns eventos climáticos com maior potencial de risco. Essa contratação também está em curso e daí para o ano que vem a gente começar uma fase de planejamento. Para essa fase de planejamento, a gente tem um marco importante aqui em janeiro, que é pensar a estratégia de mobilização de atores e inclusão para começar a discutir essas ações. Isso aqui, lá na Secretaria do Verde e do Meio Ambiente, já tem o mapeamento preliminar, mapeamento inclusive de indicadores para medir essa inclusão e que a gente, com a Secretaria, quer finalizar até janeiro de 2020 com as outras Secretarias do GTI também que vão colaborar essa estratégia. Para abril e junho, a gente está falando aqui da revisão do Plano com base nessas contribuições e com base no quadro de Planejamento de Ação Climática da C40. É isso o que tinha a falar por hoje. Só isso. Aqui está o contato do Comitê. Quem coordena o trabalho técnico por parte da Secretaria do Verde e do Meio Ambiente e o meu contato. Fico à disposição para qualquer dúvida, consulta, crítica, recomendação, enfim, estou superaberta. Obrigada.

Luiz Ricardo Viegas (Secretário Adjunto) - Bom, primeiro, obrigado, viu, Nathalie? Você sempre brilhante nas suas palavras, na sua forma de apresentar. Eu queria só fazer um comentário que ontem nós tivemos a oportunidade de estar com a Vice-prefeita da cidade de Barcelona. Me chamou a atenção quando ela falou assim "olha, nos próximos quatro anos, nós vamos fazer a geração de energia na cidade em Barcelona". Eles vão criar uma empresa de geração de energia no Município. Vai gerar, vai distribuir e vai comercializar. Para você ver como é que o desafio é grande, mas eu queria abrir a palavra. Eu queria aproveitar aqui o Denardi, que está com a cabeça bem quentinha, que ele chegou de Londres ontem ou domingo e foi exatamente ver o que você falou. Queria começar por você para fazer algumas ponderações, algumas perguntas...

Antônio Rudnei Denardi - O que me chamou a atenção lá é a questão do planejamento e todos os marcos aqui, a gente fala "2019 para frente, 2019 para frente" e lá justamente foi mostrado a nós é que eles mostraram vinte anos para trás o que fizeram. E o quanto dá certo quando você planeja a longo prazo. Quando pega o estágio de Londres, de Nova York, de Barcelona, seria importante destacar o que já foi feito, o quanto é importante fazer e que dá certo, que muito foi feito já. Eles estão num estágio mais avançado porque planejaram lá atrás e planejar de um ponto de vista de integração de tudo, inclusive do desenvolvimento. A última fronteira que eles mostraram de desenvolvimento em Londres, que me chamou a atenção, que é uma coisa que parece não ter a ver, mas tem tudo a ver, que é a questão do desemprego. Eles têm também um desemprego preocupante e havia uma região, que é a região Oeste deles, que necessitava de um olhar profundo de desenvolvimento. Vinte anos atrás eles começaram a planejar o desenvolvimento daquela região que estava extremamente subdesenvolvida na cidade de Londres. Qual a primeira ação que eles fizeram? Levar transporte público de qualidade. Quando os empreendedores da cidade, os serviços, comércio, viram que ia dar certo, começaram a planejar a ocupação. Vinte anos atrás, nós estamos falando de 99. Não existia nada. Hoje, vinte anos depois, há prédios. Nesses prédios têm comércio, têm serviços. Em cima disso, vem área de alimentação, de lazer, moradia, então forma o ciclo de tudo. E tudo em cima dessa regulação da questão ambiental. Um trabalho de desenvolvimento da cidade como um todo. Quando a gente vê assim a questão ambiental, acho que ela tem que estar ligada a tudo. Começa com desemprego, você vê desenvolvimento, você vê a questão da mobilidade: são os transportes de qualidade. Sempre a questão quando você coloca ali de pensar

a questão da mobilidade, quem que deve ser o ator sempre? Quem anda na calçada. Depois, a pessoa que se locomove através dos semáforos para pedestres, as paradas, os abrigos de ônibus, depois as ciclovias, depois o transporte coletivo e depois o carro, se sobrar espaço. Isso lá está muito claro para eles, é um consenso. Eu chamo de consenso mínimo. Ninguém é contra transporte coletivo. Quando a gente começa a falar de metas, de menos emissão de carbono, está tudo na questão... Como você disse, vai levar para todas as Secretarias para que a questão do planejamento estratégico da cidade esteja dentro desse Comitê. Acho que isso é muito importante.

Laura Ceneviva (Secretária Executiva) - A palavra está aberta para os membros do Comitê. Andréa.

Andréa Franklin (SIURB) - Parabéns pela apresentação. Eu já ouvi uma boa parte do que você passou, que a gente agora está em contato direto, mas sempre tem alguma coisa que... dados novos que agregam. É mais um comentário que em algum momento acho que a gente deve ter pensado nisso também. Quando você mostrou a meta para transportes, eu fiquei pensando em algumas ações que acho que eu tinha até comentado, que pode impactar na redução da emissão dessa emissão de transportes, que é a reordenação do fluxo das pessoas a médio e longo prazo. Se elas começam a trabalhar mais próximo de casa, elas deixam de se transportar numa distância... obviamente que pode ser que seja reduzido, mas acho que deve impactar de alguma forma. Então, acho que era para a gente pensar também agregar isso, porque aí tem a ver com o desenvolvimento um pouco do local. Você desenvolve o local, você vai estar trabalhando mais próximo e até em casa. A política do homework também acho que em algum momento lá na frente vai repercutir nesses fluxos de pessoas que hoje a gente muito o olhar do transporte coletivo a longa distância. Acho que isso reduzido pode auxiliar e essas metas a gente tem que pensar também em outros... Tem a Secretaria do Trabalho.... Como é que a gente reduz isso, coloca como uma política. Para pensar, né?

Antônio Rudnei Denardi (SMT) - Só para complementar, nessa região aí em desenvolvimento foram gerados 750 mil postos de trabalho.

Laura Ceneviva (Secretária Executiva) - Queria reiterar isso que a Andréa falou, porque, vamos dizer, a gente continuar transportando, como diziam os colegas da SPTrans, uma Curitiba de manhã na Zona Leste para o Centro, e uma Curitiba do Centro para a Zona Leste. Não faz sentido. O povo tem que ficar lá, tem que ter trabalho lá. Então, o papel do Desenvolvimento Urbano aí é fundamental no processo da decisão da localização dos empreendimentos e dos trabalhos. Se não, ficar só transportando é enxugar gelo, mesmo que seja com um motor elétrico ou com motor de pó de pirlimpimpim, é enxugar gelo. Eles não tinham é que ficar andando tanto. Mais alguém? Eu tenho uma pergunta. Não é uma pergunta, é um comentário. E aí eu já devo destacar que essa minha situação meio à esquerda, que eu ando de aposentada...

Luiz Ricardo Viegas (Secretário Adjunto) - Mais à esquerda não é aposentada.

Laura Ceneviva (Secretária Executiva) - Que é o seguinte. Eu não tenho acompanhado o dia a dia do debate, mas vou externar para vocês e até legal para a gente refletir. Isto é uma questão. O C40 ele usa a ferramenta *Pathways*, que é isso que a Nathalie apontou, que é uma ferramenta que usa essa equação, que ela também apontou, que é a Identidade de Kaya, que é uma ferramenta baseada no modelo que o Banco Mundial usa, e essa ferramenta é usada para os Planos de Ação Climática das cidades comprometidas com o grupo C40. Essa ferramenta, evidentemente, ela ajuda a gente a compreender e dimensionar as coisas, mas ela pode ensejar dúvidas. Então, por exemplo, o dia que eu vi a primeira vez esses cenários de emissão, eu falei "não, isso não está legal, não vai ser assim", porque a previsão é de que a gente dobre as nossas emissões até 2050. Hoje nós estamos em 16, já estivemos quase em 19, em 2014, e em 2050 vai acho que para 33, quase 34. Então, a gente dobra as emissões. Eu continuo achando que nós não vamos dobrar as emissões, mas a gente, número 1, a gente usa a ferramenta *Pathways* do C40 e é bom que seja assim. A Secretária...

Luiz Ricardo Viegas (Secretário Adjunto) - Secretária Aline, por favor. Não, não, por favor. Já está reservado o seu espaço.

Laura Ceneviva (Secretária Executiva) - Tome assento. Ela está chegando. Por favor, tome assento. Nós estamos fazendo o debate da apresentação do Plano de Ação Climática que acabou de acabar. Então, eu continuo achando que a gente não vai ter essa trajetória que o uso da

ferramenta *Pathways* enseja. Eu acho que a gente vai ter menos emissão; no entanto, a gente tem que usar e tem que se fiar pelo menos em parte nessa ferramenta, porque é a ferramenta que foi aplicada em várias cidades e a gente, tendo aderido, vamos adotá-la também, mas eu acho que vai estar colocado aqui para a gente essa questão e, eventualmente, a gente vai ter que fazer notas adicionais no nosso Plano de Ação de Planos Bs. Porque ao mesmo tempo que eu não posso afirmar que vai ser assim ou vai ser assado, eu acredito que a tendência não vai ser essa. Não vamos dobrar nossas emissões até 2050, vai ser uma curva mais suave. Ao mesmo tempo também, se a ferramenta faz essa contabilização, não dá para dizer que não. E mesmo se a gente pega o uso e olhar todos os itens que estão ali apontados, não dá para dizer que essas coisas não vão ser razoáveis ou que não têm sentido daquilo que está feito lá. Agora, em quantidade e precisão, me obriga nesse momento também a dizer que eu acho que a gente vai ter uma curva distinta daquela que está prevista.

Luiz Ricardo Viegas (Secretário Adjunto) - Mas você mesmo disse que a gente tem um método que foi aplicado em todas as cidades. Pode ser que esse cenário seja extremamente catastrófico, se a gente falar que vai para 33, mas de uma forma ou de outra ele tem...foi uma metodologia e que a gente pode ir acompanhando esta curva, até para a gente fazer essa construção.

Laura Ceneviva (Secretária Executiva) - Mas é uma coisa para a gente pensar. Alguém tem mais alguma consideração a fazer?

Luiz Ricardo Viegas (Secretário Adjunto) - Lembrando só eu queria só reforçar que o estado da arte hoje do Plano de Ação que nós estamos, depois de todo esse diagnóstico, nessa fase que nós estamos, nós estamos nos reunindo com todos os Secretários e são os mais estratégicos. Tivemos com o Desenvolvimento Urbano, com o Chucre. Hoje estaremos com a Sub, o Modonezi, com o Transporte, a Aline com certeza, a SIURB, Inovação, SEL, enfim, tem várias Secretárias que estão nos ajudando a pelo menos apontar qual o caminho. Eu queria primeiro agradecer essa oportunidade, mostrar que há um trabalho. No início do ano, praticamente em maio, foi em maio, nós estamos em novembro. Foi feito um trabalho. O C40 foi muito capaz de nos ajudar nesse método. Houve uma colaboração enorme dos profissionais da Prefeitura e nós já temos produto. Eu acho que é tão importante quando a gente tem alguma coisa concreta que começa a apontar que caminhos que a gente deve trilhar e, nesse sentido, na última reunião do Comitê, a representante da Secretaria de Desenvolvimento Econômico fez uma ponderação extremamente oportuna naquele momento e foi naquele momento que a gente falou "olha, por favor, traga o Plano de Desenvolvimento Econômico da cidade para a gente começar a olhar com esse olhar de desenvolvimento econômico, um olhar da mudança climática e a gente ir chegando e ajustando a mesma... todos juntos nessa ação para a cidade de São Paulo. É com muita satisfação - eu sei da sua agenda que não é tão fácil, que você está muito ocupada.

Secretária Aline Cardoso (SMDet) - Mas eu estou aqui toda de vocês.

Luiz Ricardo Viegas (Secretário Adjunto) - Então, por favor. A palavra é sua, Aline. As suas considerações.

Secretária Aline Cardoso (SMDet) - Bom dia, pessoal, é um prazer estar aqui. Eu fiquei muito feliz que a Taís fez essa provocação e que vocês aceitaram. Eu recebo os e-mails toda vez que tem as reuniões e falo "ah, eu queria ir", mas ao mesmo tempo eu vou chegar lá, vou me impor e tal e aí sutilmente eu me impus sem querer. Ela trouxe essa ideia, vocês abraçaram e acho que foi muito oportuno. Fazendo uma breve introdução. Para quem não sabe, antes de ser Secretária, eu sou Vereadora e eu tenho orgulho de ser uma das poucas. Não tenho orgulho que sejam poucos, eu acho que deveriam ser todos, mas eu tenho orgulho de ser signatária do Programa Cidades Sustentáveis, que outro dia até brinquei e falei assim "mas deveria ser uma obrigação", né? Tem algumas coisas que assim: a pessoa se candidatar a determinados cargos, ela deveria assumir certos compromissos e eu quando assinei o termo de compromisso do Programa Cidades Sustentáveis eu me lembro que eu falei para Zuleica. Eu olhei para ela e falei assim "Zuleica, eu li", porque tem muita gente que assina sem ler, só para tirar a foto. Eu li e eu sei com quem eu estou me comprometendo. Você pode ter certeza que eu vou honrar e eu fiquei pouco tempo na Câmara, fiquei seis, sete meses e consegui colocar alguns projetos de lei ligados ao tema e logo fui chamada para ser Secretária. Estou Secretária desde julho de 2017, um bom tempo até, e nos primeiros meses já foram surgindo algumas possibilidades de atuar no sentido do fomento, do apoio à economia verde e a temas ligados ao desenvolvimento sustentável e hoje a gente tem bastante

orgulho de dizer que a gente está na verdade atuando em muito eixos, muitos dos ODS - acho que nove, se não me engano; então, é bastante significativo porque na verdade para mim o olhar do desenvolvimento sustentável é horizontal, ele está em tudo. Está em tantas ações, né? Mas especificamente voltado a temas de meio ambiente, a gente também está conseguindo ter ações bem pontuais. Então, eu vou fazer aqui uma apresentação para vocês. Eu vou fazer o seguinte. Eu vou ficar de pé para poder eu mesma comentar. Essa apresentação eu tinha feito para um outro evento, então talvez algumas coisas não esteja assim 100% colocadas no contexto, mas eu acho que dá para a gente ter uma ideia. Primeiro, só para vocês entenderem, a Secretaria hoje ela tem... ela se chamou Secretaria do Trabalho e Empreendedorismo até o ano passado e hoje ela se chama Secretaria do Desenvolvimento Econômico e Trabalho. Não é pouca coisa essa mudança. Eu costumo inclusive dizer o seguinte: é como se a Secretaria de Transporte e Mobilidade se chamasse Secretaria do Ônibus e do Metrô, quer dizer, você está falando do quê? De um fim ou dos instrumentos para aquele fim. Quando a gente transformou a Secretaria em Desenvolvimento Econômico, a gente passa a falar de um conceito, de um fim e de um olhar estratégico para o que queremos ser, aonde queremos chegar. A gente entende que não dá mais para a gente esperar um crescimento ou um desenvolvimento orgânico, como aconteceu durante muitas décadas na cidade de São Paulo. Primeiro, porque esse crescimento ele já não é garantido; São Paulo já não é um único lugar ou o melhor lugar para certas atividades econômicas se desenvolverem; primeiro; porque esse orgânico já não acontece naturalmente. Existem outros lugares que podem ser mais interessantes. Segundo, porque o orgânico não necessariamente traz a direção que a gente deseja, que a gente almeja o que é melhor para a sociedade, e terceiro, porque esse orgânico ele não é necessariamente sustentável. Ele é talvez propagador de desigualdade e de exclusão - já foi nas últimas décadas - e hoje, que a gente tem um olhar muito estruturado para o futuro do trabalho, para entender o que vem pela frente, a gente percebe claramente que o futuro do trabalho, se nós não fizermos nada, ele vai trazer mais desigualdade e mais exclusão. A gente tende a ter as profissões mais... que hoje absorvem uma mão de obra menos qualificada, que talvez tenha tido menos oportunidade. Essas profissões tendem a ser extintas; então, a gente corre o risco de não ter a porta de entrada para o mercado de trabalho, para as atividades remuneradas para essas pessoas. Consequentemente, você pode ter mais exclusão. As profissões que vão se desenvolver mais são profissões que exigem um nível de customização e talvez de especialidade, que essas pessoas talvez não tenham oportunidade de ter. A gente precisa ter políticas públicas estruturadas para que a gente possa posicionar a cidade da maneira correta no contexto brasileiro, no contexto nacional, para que a gente possa alavancar as atividades econômicas que fazem mais sentido - não só as mais óbvias, mas as que fazem mais sentido - até com a visão de sociedade que a gente quer ter e, por fim, para que a gente possa ser mais inclusivo, para que a gente possa ter mais sustentabilidade e mais justiça social também. Essa transformação da sociedade para nós ela fez muito sentido. Nós, aliás, trabalhamos por ela e faz com que hoje a gente tenha esse formato de trabalho. Na Secretaria, três Coordenadorias: a Coordenadoria do Trabalho, a Coordenadoria de Desenvolvimento Econômico e a Coordenadoria de Segurança Alimentar. Vocês sabem como as coisas funcionam. Ao longo dos anos, naquelas mudanças de Secretaria extinta, Secretaria que vai, Secretaria que vem, a gente absorveu a segurança alimentar. Acabamos perdendo o abastecimento - os mercados e sacolões -, mas a gente fez questão de manter a segurança alimentar até porque a segurança alimentar para nós ela faz parte de uma estratégia de desenvolvimento da sociedade mais ampla do que o abastecimento ou a gestão do uso do solo de feiras livres, por exemplo. Hoje, a segurança alimentar na verdade, em relação ao que era antes, ela está dividida. Uma parte com a Subprefeitura e uma parte conosco. Conosco, é a parte mais estratégica, que fala mais da qualidade de vida e, também, da geração de renda e aí a gente vem muito para a questão ambiental e de hortas, rural etc. e tal, que a gente vai falar daqui para frente. Eu tenho dois braços indiretos, por enquanto, porque o PL está extinguindo os dois, mas era só uns parênteses. A ADESAMPA, que é a Agência de Desenvolvimento, que trata mais aos temas voltados a empreendedorismo e a Fundação Paulistana, que trata mais dos temas mais voltados à qualificação profissional. Vocês vão entender que a qualificação profissional ela virou uma estratégia muito importante tanto nesse conceito de planejar o desenvolvimento da cidade quanto no conceito de inclusão e geração de oportunidades, adaptação para as profissões do futuro e para os temas que nós queremos, que a nossa cidade se fortaleça. Aqui a gente está pregando para convertido, mas como eu falei, essa apresentação foi feita num outro contexto. A gente fala da diferença do desenvolvimento econômico e do crescimento econômico. Lógico que a gente está falando de crescimento de PIB, lógico que a gente está falando de geração de riqueza, lógico que a gente está falando de uma atividade

remunerada e uma cidade que tenha mais oportunidades econômico-financeiras, mas a gente também está falando de um conceito de uma distribuição de renda mais igualitária, de uma qualidade de vida, da melhoria da expectativa de vida e do grau de interação que esses atores econômicos têm não só com a questão monetária-financeira, mas entre si, com a cidade onde eles moram e com o meio ambiente - com o ambiente, na verdade, urbano aonde eles vivem. A gente trabalha na Secretaria com esse olhar do desenvolvimento econômico sustentável. Para nós, quando a gente fala em desenvolvimento econômico é uma premissa básica que ele seja sustentável, porque senão, na verdade, ele nem é desenvolvimento, ele é só crescimento. Mas vale a pena a gente ressaltar isso. Aqui tem todos os aspectos com os quais a gente trabalha. A gente tem olhado para essa política de desenvolvimento econômico num tripé. A gente fala sobre as vocações da cidade, quer dizer, quais são as atividades econômicas nas quais a gente quer atuar. A gente entende que deve atuar aonde a cidade deve agir para que ou não morra uma atividade econômica ou emergja com força uma atividade econômica que ainda não está tão bem colocada. E aí tudo isso vai nos trazendo para os temas da economia verde. Então, a questão das vocações: vocações da cidade e vocações regionais. A questão do capital humano, dos talentos. A gente precisa fazer com que esses talentos se adaptem a essa realidade, até para que eles possam se beneficiar das oportunidades que devem ser criadas e, por fim, a questão local. A gente não pode - vocês sabem bem disso - olhar para a cidade de São Paulo como se ela fosse uma só; são várias cidades diferentes, com realidades, necessidades e possibilidades diferentes, então o olhar local, o olhar dos territórios é importante. Especialmente nessa questão territorial, a gente tem tentado ser o mais participativo possível, fazendo uma escuta local. A gente entende que essa democracia participativa faz parte desse olhar da sustentabilidade. Se eu estiver sentada no meu Gabinete fazendo a política de *top-down*, de cima para baixo, ela talvez não seja realista e talvez não seja sustentável. Então, a gente tenta fazer o máximo possível essa escuta local para que esse desenvolvimento localizado venha a refletir os anseios e as possibilidades daquela população. Bom, já falei dos ODS e aqui a gente tem um destaque para os ODS com os quais a nossa Secretaria trabalha. Eu peço desculpa, que ali ficou a Prefeitura, mas obviamente a gente está falando da nossa atuação. A gente está falando de erradicação de pobreza, uma série de políticas de geração de renda e inclusão, a gente está falando de combate à fome e estimular uma agricultura familiar e sustentável, com vários programas que a gente tem tanto de horta quanto de atividade rural, que, diga-se de passagem, são programas também de desenvolvimento local, especialmente se você olhar para regiões como Parelheiros. A gente está falando saúde e bem-estar porque a gente tem tanto no eixo de segurança alimentar quanto na qualificação profissional um olhar para a saúde e para a qualidade de vida de um modo geral das pessoas, igualdade de gênero. A gente tem muitos programas de apoio à inclusão das mulheres: empreendedorismo feminino, inserção das mulheres no mercado de trabalho, autonomia financeira de mulheres vítimas de violência, como o programa Tem Saída, que foi premiado etc. e tal. Eu falei que são nove, né? Está vendo que ali educação de qualidade ficou pequeno. Foi até uma crítica que eu fiz à minha equipe; a gente esqueceu de corrigir. Educação também, porque a gente fala de uma educação mais profissionalizante, mas a gente fala, e muitas vezes a gente coloca o mercado de trabalho como uma cenourinha para que as pessoas também se qualifiquem na Educação Básica. Embora eu não seja Secretaria de Educação, a gente fala que se as pessoas querem se inserir no mercado de trabalho, elas precisam também cumprir com o currículo básico de educação; então, a gente também fala muito sobre isso, estimula muito. Trabalho decente e crescimento econômico, meio óbvio, né, o coração da nossa Secretaria. Redução de desigualdades com todas essas atividades nas regiões mais carentes, mais vulneráveis e com os públicos mais vulneráveis também. A gente não só trabalha a questão de gênero, mas a gente trabalha a questão de raça, com o afro empreendedorismo, a gente trabalha inserção profissional de imigrantes, a gente tem programas de apoio ao público LGBT, especialmente as trans etc. e tal, então todos os tipos de vulnerabilidade e de exclusão que a gente tem encontrado na sociedade, a gente está tentando atuar. População de rua. A gente criou um programa chamado Trabalho Novo, onde a gente conseguiu emprego para mais de 2.500 moradores de rua etc. e tal. Cidades sustentáveis, eu vou falar um pouquinho sobre o Green Sampa, que é a maior atividade de fomento à economia verde que a gente tem, que obviamente passa pelas premissas de cidades sustentáveis e a gente entende que tem um duplo benefício, de resolver um problema da cidade, mas de também estimular a atividade econômica de uma maneira a explorar essas novas possibilidades de emprego e de negócio. Consumo e produção responsável. Nosso grande destaque aqui é o combate ao desperdício de alimentos. Aliás, é uma política pela qual a gente já ganhou dois prêmios internacionais. Eu acho que não está nessa apresentação, então eu vou falar

sobre ele agora. Como a gente tinha as feiras livres, que são 800 na cidade, e a gente ainda tem o banco de alimentos, a gente estudou uma série de possibilidades de trabalhar no sentido de reduzir o desperdício de alimentos. Começou nos mercados, nos sacolões e depois foi para as feiras e a ideia é muito simples. No fundo, a gente vai sensibilizar os comerciantes, os permissionários da Prefeitura, para que eles não joguem fora o alimento fresco que está bom para o consumo humano. Aquele tomate que tem um machucadinho, aquele abacaxi que está com um lado batido e assim sucessivamente. Que que a gente fez? A gente criou esse programa de sensibilização, conectou ele com o banco de alimentos para que todos esses alimentos que estão próprios para consumo humano venham para o banco de alimentos e do banco de alimentos eles vão para as entidades assistenciais, que são 300 ligadas ao banco de alimentos. É uma política que tem um viés de segurança alimentar, porque a gente leva mais alimentos frescos para as famílias carentes cadastradas no banco de alimentos, é uma política ambiental, porque a gente reduz o envio de orgânicos próprios para consumo humano para os aterros e, também, é uma política de inclusão social, porque quem faz esse trabalho é o POT - Programa Operação Trabalho -, aonde a gente já contratou 152 pessoas vulneráveis, em especial mulheres vítimas de violência para fazerem esse programa. Com esse tripé - o social, o ambiental e a segurança alimentar - esse programa foi reconhecido e hoje está sendo levado pela ISWA – International Solid Waste Association - Organização de Resíduos Sólidos do mundo para setenta e cinco países como uma referência. Hoje, nós estamos em mais de 250 toneladas de alimentos que já deixaram de ir para o aterro e foram para as famílias do banco de alimentos, isso com relativamente pouca estrutura, pouca logística, pouca equipe. Mas 250 toneladas - até é pouco perto da tonelagem de resíduo em São Paulo -, mas acho que é motivo de muito orgulho saber que 250 toneladas de alimentos foram para a boca de quem precisa em vez de ir para um aterro criar aquele volume desnecessário. Assim são os nove eixos nos quais a gente atua. *(Miguel, só me lembra de subir também o 4 porque a gente também atua no ODS 4)*. Aqui, alguns dados que estão saindo do estudo que nós estamos fazendo. Acho que faltou aqui explicar, então, o PMDE. O que é o PMDE? Quando a gente criou essa política e a gente começou a pensar "poxa, quais são as vocações, quais são os territórios, quais são as qualificações profissionais, como é que a gente alavanca", a gente falou assim: para a gente ter uma política de desenvolvimento econômico estruturado, a gente precisa ter planejamento. Se você pegar alguns países - eu estava até conversando com o Ravena esses dias, que ele esteve na Coreia e eu também acabei de ser convidada para ir fazer uma apresentação lá. A Coreia é um exemplo. Vinte anos atrás, a Coreia era um país mais pobre que o Brasil, trocando em miúdos. Nessas duas décadas, duas, três décadas, o país traçou um planejamento e hoje quando você olha para a realidade do Brasil e a realidade da Coreia, eles chegaram lá e a gente ainda está engatinhando. Basicamente, políticas públicas estruturadas, implementadas. Lógico que a realidade cultural é diferente e tal, mas há uma determinação, um planejamento, a implementação de políticas públicas com continuidade que fizeram com que eles decolaram e infelizmente a gente não, até porque a gente olhou muito mais para o crescimento econômico do que para o desenvolvimento econômico nos últimos anos, com estímulo ao consumo sem estruturar mais outros aspectos. Tudo isso para dizer o seguinte: a gente precisa de um planejamento. Como é que a gente faz esse planejamento? A gente olha para as realidades colocadas, para os fatos, para os números, para as tendências efetivamente observadas nos últimos anos e tal. A gente trabalha com a realidade. A gente trabalha com os anseios: o que nós queremos ser como sociedade, onde nós queremos chegar, quais são as nossas metas e quais são os nossos objetivos enquanto sociedade, qual é o modelo de desenvolvimento que nós queremos para nós. E, por fim, a gente traça essa rota, esse planejamento para chegar lá. É nessa fase que a gente está. A gente contratou para o PMDE - o Plano Municipal de Desenvolvimento Econômico - alguns especialistas, então a FIPE, que é uma fundação ligada a USP, o DIEESE, que nos ajuda com o levantamento dos dados, e fora isso a gente trouxe uma série de parceiros que a gente está reunindo num Conselho de Desenvolvimento Econômico, que passam por FIESP, FECOMÉRCIO, Associação Comercial, mas também Universidades, Rede Nossa São Paulo, enfim, uma série de atores. As Secretarias Municipais. A Secretaria do Verde inclusive faz parte e acho que praticamente todas as Secretarias que estão aqui e a gente começa então a refletir sobre esses dados que a gente levanta, sobre aonde a gente quer chegar. No aonde a gente quer chegar tem essas escutas locais e setoriais; então, a gente dialoga com vários setores. A gente também traz, óbvio, uma pegada do que essa gestão acredita e a gente tem um equilíbrio entre os dados, os anseios da população e os anseios políticos que são marca da gestão para a gente desenhar esse Plano e esse Plano vai estar pronto no primeiro semestre do ano que vem aqui. Eu acho que quando a gente fala assim da pegada do que a gente

quer dar, de que olhar a gente quer trazer para esse futuro da cidade, aí eu faço um destaque ao Prefeito Bruno Covas e a visão que ele tem. Acho que a gente meio que está pregando para convertido, né? Todo mundo conhece um pouco o norte da gestão. A gente tem uma orientação expressa do Prefeito de valorizar temas ambientais, inclusive às vezes até fazendo contraponto em relação a políticas federais ou políticas de desmonte de assuntos ambientais e não é diferente da nossa área. Aí, junta, lógico, essa visão do Prefeito, essa orientação macro que ele dá. Eu, particularmente, como entusiasta do tema, então a gente tem colocado nos anseios, no conjunto de anseios, porque é conjunto de dados e fatos, o conjunto de anseios e o planejamento e aí a gente traz a economia verde, as tecnologias ambientais, os negócios ambientais como um anseio nosso. De qualquer forma, olhando para o mapa atual a gente fala sobre o perfil da população e isso diz muito, porque nós estamos fazendo um Plano Municipal para os próximos dez anos. Então, não adianta só eu fazer uma fotografia do que é a sociedade hoje. Eu tenho que entender o que vai ser essa sociedade nos próximos dez anos porque isso tem uma série de impactos. Por que dez anos? Porque a gente estudou vários casos mundiais e a gente viu que não adianta você fazer um Plano de vinte, trinta anos, porque com a velocidade das mudanças ele não é realista. Fazer um Plano também só de quatro anos para uma gestão não é o suficiente, e a gente se baseou em algumas experiências internacionais de que em dez anos você consegue mudar uma cidade de patamar em determinados aspectos. Por exemplo, Paris fez uma constatação de que estava ficando uma cidade velha, uma cidade da velha economia, que não estava se adaptando a determinadas oportunidades, como inovação, startup etc. e tal. Eles fizeram um Plano de 2008 a 2018, Plano Municipal de Inovação e virou hoje uma das capitais mais atraentes para startups. Ganhou o prêmio de Capital Europeia da Inovação e do Empreendedorismo, então virou uma cidade interessante para startups. A gente quer fazer algo parecido em dez anos. Quais são os temas nos quais hoje a gente não é interessante ou, por alguma maneira, a gente não se desenvolveu e que a gente quer ser em dez anos e aí vem esse conjunto de análises e de aspirações. Para isso, a gente precisa entender o que que é a cidade. Hoje, por exemplo, em termos de população ativa, a gente tem 10% de idosos e daqui a pouco a gente vai ter 20%. Você tem, então, uma população com envelhecimento - a nossa pirâmide está invertendo; vocês sabem disso. Como é que a gente lida com isso do ponto de vista da atividade econômica? Você vai ter mais gente se aposentando, menos gente trabalhando. Como é que a economia vai reagir a isso? Ao mesmo tempo, as tecnologias novas, que exigem mais conexão, um olhar mais digital, será que a população vai se adaptar? E por aí vai. São reflexões que a gente está fazendo. Mesma coisa. Como tem se comportado o desemprego, aonde a gente está, população economicamente ativa desocupada. Então, um olhar geral do que é o desemprego. Na média, para a população mais velha e para a população mais jovem. Olha que desesperadora a situação da população mais jovem. Isso aqui tem impactos gravíssimos. A gente corre o risco de estar perdendo os talentos de uma geração. Quando você tem uma massa de jovens desalentada, desorientada, porque não sabe para que caminho ir, nem nem, nem estuda, nem trabalha. Como é que a gente vai ter uma mão de obra capacitada para os desafios do futuro? Eu tenho uma preocupação que eu falo em alguns espaços onde às vezes as pessoas não param para refletir sobre isso, as pessoas têm uma expectativa da retomada da economia, do crescimento do PIB para resolver o problema do desemprego, dessa desocupação que a gente tem hoje, só que muitas pessoas não estão percebendo o seguinte: o nosso desemprego hoje, a nossa situação ela é fruto, no mínimo, de duas situações. Uma é a conjuntural, que é essa crise, enfim, uma série de problemas do momento, mas a outra ela é estrutural. Mesmo que a economia aqueça e o PIB volte a crescer, muitas pessoas não vão conseguir se recolocar no mercado de trabalho por falta de qualificação e a gente já sente isso hoje. Nos estudos que a gente faz, 35% dos entrevistados, dos empregadores entrevistados na cidade de São Paulo têm dificuldade de contratar mão de obra qualificada para o que eles precisam. Na cidade de São Paulo. Eu não estou falando do sertão de um lugar. Aqui tem acesso a instituições de ensino, acesso a oportunidades e mesmo assim hoje existe esse problema; então, como é que as pessoas vão se adaptar para serem empregados nas novas funções e nas novas profissões. Tudo isso a gente vem pensando e refletindo sobre soluções que a gente pode trazer. Aqui, a gente tem um mapa de quem gera mais empregos na cidade hoje - tudo isso aqui é a fotografia no momento. No primeiro lugar, a Administração Pública. Às vezes, as pessoas acham que em São Paulo não é o caso, porque isso é muito comum em cidades do interior. Ah, na cidade tal, a maioria das pessoas é funcionário público. Aqui também. Isso também de certa forma é uma preocupação, até porque existe um enxugamento da máquina pública. Comércio varejista, temas ligados à saúde, temas ligados à edificação, limpeza, zeladoria etc. e tal, serviços e apoio administrativo, serviços prestados a empresas. Aí vem aqui o comércio atacadista,

que também é grande, alimentação - a gastronomia, uma grande vocação da cidade. Inclusive está previsto; aqui, nos nossos dados de gastronomia, a gente também fala da distribuição; então, tem um mix daqui educação, transporte e assim sucessivamente. E aí a gente observa que não estão presentes nessa lista alguns dos temas que a gente aspira para os próximos dez anos, e tudo bem, faz parte. A sociedade está em transformação. Alguns temas que estão aqui estão em decadência. Vamos empregar menos nos próximos tempos e outros temas estão emergindo, vão empregar mais nos próximos tempos. Isso não aparece em dados estatísticos, mas por isso que a gente contratou esses especialistas de FIPE, DIEESE tem ouvido a população para tentar prever o que vai acontecer nos próximos dez anos se a gente não fizer nada e tentar induzir alguns caminhos para que a gente influencie essa economia dos próximos dez anos. Aqui um gráfico básico de emprego no Município. E aí a gente fez essas rodadas - a Taís comentou aqui - oito rodadas regionais de escuta. A gente tem essas escutas temáticas e setoriais também. A gente tem conversado com cadeias produtivas e continua conversando. Então, fica aqui o convite: se vocês quiserem sugerir alguma conversa especial com algum ator, eu acho que a gente... está faltando ainda, apesar de algumas políticas que eu vou apresentar depois, uma conversa nesse sentido com atores de *cleantech*, da economia verde ou possíveis impulsionadores. Eu queria deixar aqui o convite para que a gente faça uma conversa - não sei se hoje a gente vai conseguir -, mas uma conversa de escuta para que a gente possa ouvir desde a Secretaria do Verde até as organizações do terceiro setor, organismos internacionais. O que que vocês veem como horizonte de crescimento nos próximos dez anos para os setores ligados à área ambiental. Óbvio que quando eu falo crescimento eu estou falando de geração de renda, de emprego, mas eu também estou falando de solução de problemas. A gente inclusive costuma dizer que aonde tem problema, tem oportunidade de negócio e de emprego. Então, obviamente, a gente ainda tem muitos problemas ambientais, então a gente também tem muitas oportunidades de negócio e de emprego. E a gente queria ouvir de vocês isso, como é que vocês enxergam. A gente tem até falado com alguns atores, SABESP etc. e tal. sobre isso e eu acho que a gente podia fazer uma roda mais coletiva para essa escuta. E, no primeiro semestre do ano que vem, acredito que mais ou menos em maio, a gente deve lançar oficialmente esse Plano e aí vem... Bom, aqui ainda é um pouco das oficinas. Aí vem aquilo que eu falei: nessas oficinas, saíram muito anseios. Muitas vezes o que as populações locais diziam que elas enxergavam como vocações do seu território não refletem o que o estudo apresentado pelo DIEESE nas regiões faz, mas isso não é um problema, porque o que as pessoas aspiram é onde elas entendem que há oportunidades. Eu vou falar sobre alguma coisa que eu conheço bem: Cantareira, Serra da Cantareira. Na região em questão, especialmente na Norte 1, que pega Jaçanã, Tremembé, a região do Horto Florestal, as pessoas falavam muito da atividade econômica voltada a temas ambientais. Isso não está refletido nos números da região, mas essa fala das pessoas mostrava toda a oportunidade que existe e agora a gente tem pensado como alavancar isso para que nos próximos dez anos essa aspiração se transforme em uma realidade do ponto de vista também de emprego, geração de renda e inclusão social. E aí, o que que a gente faz? Enquanto esses estudos são feitos, enquanto essas.... Na verdade, eu até eu vou fazer o seguinte: eu vou passar para frente e depois eu vou voltar. Aqui vem os passos do PMDE: as regiões, a reunião com as regiões, com os atores setoriais, com o temático, com o Conselho, a sistematização das informações, o começo, o esboço do que é o Plano, qual é a visão de futuro da cidade, quais são as políticas públicas concretas que devem ser feitas para que esse futuro, essa aspiração de futuro se materialize, quais são as diretrizes do ponto de vista de incentivos financeiros, tributários etc. e tal e qual é a estratégia concreta que a gente usa para isso. Agora, o que que acontece? Em termos de estratégia, a gente já tem alguns olhares e algumas visões do que precisa ser feito. Eu não podia - seria irresponsável da minha parte - eu sentar na cadeira, colocar um PMDE para ser escrito, que ia levar um ano, um ano e meio, dois, e ficar de braços cruzados. O que que a gente fez? Alguns temas que já são óbvios ou que refletem as aspirações que a gestão tem para cidade já começaram a ser trabalhados, independentemente do Plano. Óbvio que eles vão estar contemplados no Plano, mas eles já estão sendo feitos. Então aí eu volto aqui, primeiro para a gama de programas que a gente tem na Secretaria. Eu sei que é assustador, parece assim uma insanidade, mas muitos desses programas eles têm um coração igual entre si e depois uma especificidade; por quê? Porque quando eu falo, por exemplo, com artesanato, que é uma das vocações da cidade, a maneira de inserir as pessoas economicamente é diferente da maneira que eu tenho na gastronomia, que é diferente da maneira que eu tenho em tecnologias ambientais ou em startups. E por aí vai, ou na moda. Acontece que a essência ela é a mesma. Eu falo de cultura empreendedora, eu falo de qualificação profissional, eu falo de capacitação para o empreendedorismo, eu falo de formalização de negócios, eu falo de

desenvolvimento do negócio. Depois, eu tenho especificidades para um setor e para o outro. Então, parece assustador, mas existe um núcleo comum. Depois a gente tem políticas de cooperativismo, políticas de empreendedorismo, infraestrutura, como os *coworkings* do TEIA, acesso a mercado, por exemplo, nas ruas, com o Festival de Natal, acesso ao mercado de compras públicas etc. e tal e aqui vem as diferentes campanhas: combate ao desperdício de alimentos, os estudos do futuro do trabalho, do desenvolvimento da cidade. Vários programas de qualificação profissional. O POT, que é inclusão via frente de trabalho, o CAT, que faz os atendimentos, os encaminhamentos, o Tem Saída etc. e tal. Mas aí eu queria falar um pouco mais de alguns programas. O que que a gente fez, então? A gente entende - e aí é um olhar que sai um pouco das escutas regionais, mas que sai acima de tudo de um desejo da gestão, que é a razão pela qual eu queria estar com vocês há mais tempo -, que é a gente entender que os temas ligados a negócios ambientais, à economia verde podem e devem ser um pilar da economia de São Paulo. "Ah, mas ainda não é!" Não, não é, mas a gente acredita que pode ser. Se você pegar uma cidade como... sei lá, vou falar aqui de uma cidade da Alemanha qualquer. Pega lá Munique. Vocês acham que trinta anos atrás Munique era referência em tecnologia ambientais? Trinta, quarenta anos atrás? Não era, mas a sociedade passou por transformações que vão desde a desindustrialização, porque grandes metrópoles passam por processos de desindustrialização no mundo todo, até novas necessidades da sociedade. Aos poucos, essas metrópoles foram se tornando hubs, capitais de tecnologias ambientais. Eu posso falar de Estocolmo, eu posso falar de Munique, eu posso falar até de Paris, posso falar de Barcelona, posso falar de Londres. Elas criaram clusters de desenvolvimento de negócios voltados a temas ambientais. O que que a gente entendeu? A gente parou, olhou, refletiu no âmbito municipal, mas também no âmbito em termos de continente - América Sul - e a gente pensou assim: quem hoje se destaca na América do Sul como um grande hub de soluções ambientais, de negócios ambientais? Ali tem uma coisa, ali tem outra coisa e tal, não sei o quê. Aí a gente olhou e falou assim "aonde tem mais potencial de ser estimulado e fomentar essa política pública"? Aqui; então a gente começou a dialogar desde atores locais até atores internacionais. Por exemplo, Munique é um polo de tecnologia ambiental? Vem cá Consul da Alemanha, qual é o olhar das empresas da Alemanha sobre o Brasil? Ah, eles entendem que tem muita oportunidade, mas o acesso a mercado é difícil, as parcerias locais precisam ser feitas, mas a gente não encontra os atores certos... E se eu te ajudar a fazer uma joint-venture entre uma empresa alemã e uma empresa de São Paulo para tropicalizar uma tecnologia ou fazer pesquisa e desenvolvimento para trazer uma solução nova? Sei lá, uma molécula que vai consumir a poluição do rio. Dá para a gente fazer uma parceria? Ah, dá, interessa muito. Conversamos com um, com outro, com outro, com outro e a gente falou "bom, se a gente criar uma política pública de empreendedorismo, que, óbvio, que tem que dialogar com vários outros atores, mas se a gente criar um ambiente de negócios favorável ao desenvolvimento de tecnologias ambientais, acho que o povo vai comprar essa ideia, vamos tentar"? E aí a gente lançou agora no mês de setembro - sei lá -, a gente lançou uns meses atrás - estou até meio confusa aqui - oficialmente o Green Sampa. O que que a gente fez no Green Sampa? A gente começa a posicionar, porque também tem uma coisa. Essas cidades todas que eu falei, narrativa é tudo. Você tem que se vender, você tem que se vender dizendo "eu sou" e daí as pessoas começam a acreditar que você é e começam a transformar você naquilo que você quer ser. Está aí o C40 e o ICLEI que conhecem várias histórias no mundo, eu mesmo conheço algumas que as pessoas falam "somos um polo internacional de referência, não sei o quê". Quando você vai ver, tem um pouquinho de coisa lá, mas só do fato de ele falar que é, as pessoas se aproximam e ajudam a ser. Então, a gente também tem que criar essa narrativa. Queremos ser o polo sul americano de negócios de tecnologias ambientais e aí a gente começa a juntar os atores, começa a preparar. Lógico que não dá para ser fake news, tem que ter uma estrutura por trás, mas a gente está hoje construindo essa estrutura e a gente quer estar cada vez mais perto de vocês nesse sentido. A gente começa a unir os atores e organizar encontros, debates, uma plataforma - já existe o site Green Sampa hoje. A gente tem Secretarias municipais envolvidas, mas também a Secretaria Estadual, com o Penido, SABESP, CETESB etc. e tal, então a gente vai começando a criar essa massa. Hoje, a gente tem já cursos acontecendo via Fundação Paulistana e a ADESAMPA de como se desenvolver capacidades e competências em temas mais voltados ao meio ambiente, oficinas de como fazer negócio nesse setor. A gente acabou de lançar um desafio para a aceleração de empresas; então, a gente lançou um desafio e a gente vai ter quatro bolsas de R\$ 25.000 cada uma como um seed money, um dinheiro semente, para que uma empresa que está desenvolvendo tecnologia ambiental receba esses R\$ 25.000,00 e possa ser acelerada, ganhar mercado etc. e tal., então tem coisa concreta já acontecendo. Estamos começando, queremos fazer mais. Inclusive eu estou no pé do

C40 e vou ficar no pé do ICLEI também para vocês nos ajudarem, porque aí a gente vira também uma referência como essas outras e a gente traz experiência de fora, mas a gente também pode contar para os parceiros de fora. Acho que esse aqui é a grande narrativa, o grande pacote e, dentro desse pacote, tem muitas outras coisas. Neste momento, até 9 de dezembro, a gente também está com outro tema superimportante em pauta, que é o Plano Rural. A gente já vem trabalhando muito com o conceito de horta, a gente retomou o programa Escola Estufa que existiu até a gestão Kassab. Na gestão Haddad infelizmente parou e a gente está retomando, para que a gente possa também estimular as pessoas com a questão da agricultura urbana, desenvolvimento de competências, de capacidades, geração de renda nesses temas, mas também um olhar para a zona rural. O Plano está em consulta nesse momento. Foram dezoito Secretarias que participaram, mais o Conselho Rural, a sociedade civil e agora está aberto para o público. Convido vocês a participarem porque a gente entende que aqui é a mesma coisa: a gente está falando de uma política de território, tanto que SMUL, SEL, não, SMDU está muito envolvida com o Ligue os Pontos, que é uma política horizontal que pega tanto o tema de uso do solo quanto a questão de permanecimento da população local, geração de renda, segurança alimentar, quer dizer, é um tema bem transversal muito desconhecido da maioria dos paulistanos, mas que a gente quer estimular que sejam mais conhecidos, então fica aqui também essa dica. O Polo de Ecoturismo da Cantareira, lei de autoria da Vereadora Aline Cardoso. Vocês conhecem? Seis meses como Vereadora e consegui... é uma das leis que eu conseguir aprovar para que a gente possa olhar para a Cantareira como um ativo da cidade de maneira mais valorizada. Infelizmente - acho que aqui a gente está entre pessoas que entendem um pouco mais da questão do patrimônio ambiental da cidade, mas a maioria das pessoas não conhece - então não é um destino turístico valorizado, ela não tem sido tão respeitada. Com a questão do déficit habitacional a gente sabe disso, mas também, acima de tudo, ela não tem sido usada. Um tesouro, um patrimônio, a maior floresta urbana nativa do mundo e a gente não olha para ela. Qualquer país do mundo teria valorizado ela como destino turístico e a gente não valoriza. A gente criou o Polo e hoje a gente está estimulando a atividade econômica lá para que a gente possa ter a preservação, mas também a geração de renda local e etc. e tal. Eu acho que principalmente esse... faltou o slide do combate ao desperdício de alimentos, mas eu já tinha falado sobre ele. Basicamente, o recado que eu queria dar é assim: hoje, a gente está construindo a política de desenvolvimento econômico de uma maneira articulada com vários outros atores, não é uma coisa só da nossa cabeça, até para que ela seja mais duradoura e sustentável e a gente tem um olhar para o tema ambiental, que, óbvio, nós somos a Secretaria de Desenvolvimento Econômico. A gente também está pensando na geração de renda e na inclusão, mas a gente está pensando numa geração de renda e numa inclusão socialmente e ambientalmente responsável, porque aí a gente tem vários outros benefícios, inclusive a questão da valorização ambiental. Acho que era isso, obrigada. Estou aberta para perguntas.

Luiz Ricardo Viegas (Secretário Adjunto) - Bom, primeiro eu particularmente fiquei muito feliz com todo esse seu alinhamento e a gente sabe exatamente que você tem essa mesma origem. A gente não pode esquecer que a origem vem de uma orientação política do Prefeito, que nos coloca isso como um norte. Todo mundo está caminhando no mesmo sentido e isso é extremamente importante. Eu tive o privilégio de trabalhar com o Bruno como Secretário de Meio Ambiente e tivemos bons desafios e a gente conseguiu executar e ele hoje como Prefeito, a gente percebe que ele está imbuído, está colocando o norte, batendo bumbo. Veja que ele colocou uma tarefa na meta da Secretaria de Desenvolvimento Econômico o Plano Municipal de Desenvolvimento Econômico. Na agenda da Secretaria do Verde, o Plano Municipal de Mudanças Climáticas. Esses Planos têm que convergir para o mesmo sentido e o que a gente percebe é que esta construção com todo este olhar vai no mesmo sentido nosso. E, aí, a gente precisa chegar, encostar, trocar isso. Por exemplo, na apresentação do Plano de Mudanças Climáticas, nós temos três ações básicas: mitigação, adaptação e equidade. Essa é a tarefa do que está posto, esse discurso do desenvolvimento ela vem preencher o que a gente precisa com relação à equidade. Então, Aline, eu assim fico muito feliz, eu acho que vai chegar o momento da gente começar a conversar, porque essa fase que nós estamos agora para a gente conseguir dar seguimento e ir se complementando. Eu queria lembrar só uma questão. Quando você fala de negócio verde, nós estamos numa cidade de 40% de mancha verde, 40% o último levantamento. Nós temos um negócio que chama *arbonegocio*. Você conhece esse termo? Não, né? O *arbonegocio* é a oportunidade de trabalhar com poda, com plantio, com não sei o que, profissionais, capacitação, equipamentos, que em todas as cidades que tratam da arborização, da jardinagem, em outros países isso é um negócio e nós aqui não enxergamos, ele é

um problema. Hoje a reclamação é que árvore mata, que está caindo, está estragando carro, que falta agrônomo, que as empresas que prestam serviço não sabem fazer a poda, que a árvore que está para morrer não tem solução, ou seja, nós estamos falando numa planta extremamente rica e num território como São Paulo. Desculpa eu destacar esse assunto, mas é que é um assunto extremamente importante em que a cidade hoje perde às vezes até essa oportunidade de enxergar isso.

Secretária Aline Cardoso (SMDET) - Ótimo exemplo, eu até agradeço porque eu vou passar a usar também e eu esqueci, eu percebi agora que faltou um slide tão importante quanto esse, talvez até mais, da questão da reciclagem. A gente tem uma parceria enorme - inclusive estávamos juntos - outro dia estávamos com a AMLURB, eu peço desculpas por não ter citado -, mas hoje, além de a gente apoiar o cooperativismo e as cooperativas de reciclagem, a gente criou um POT - Programa de Operação Trabalho - de mil pessoas para qualificar essas mil pessoas para que elas entendam mais de reciclagem, para que elas multipliquem conhecimento... A gente vai ter mil agentes na rua falando sobre reciclagem, especialmente no entorno dos PETs e depois que eles saem dos POTs eles são estimulados a virar cooperativados. Quer dizer, olhar para o lixo é a mesma coisa. As pessoas sempre olharam para lixo, para resíduo, lixo, como problema. A gente precisa inverter o olhar, a gente precisa olhar para o resíduo como oportunidade, inclusive oportunidade de geração de renda, de transformação. Faltou falar, mas acho que vai muito ao encontro do seu exemplo das árvores.

Luiz Ricardo Viegas (Secretário Adjunto) - A palavra está aberta, por favor.

Laura Ceneviva (Secretária Executiva) - Bom, se ninguém se habilita, eu vou me habilitar. Laura. Eu fiquei pensando enquanto você fazia a apresentação desse olhar, que eu acho que é muito útil para a cidade, do desenvolvimento econômico, de como a gente consegue ir apropriando isso para as questões do Plano de Ação Climática, porque é frequente a gente observar que toda essa discussão de tem que diminuir a emissão, parará, é vista como restrição e, em realidade, a gente tem que virar o disco, tem que partir para outra e você apresenta esse olhar de oportunidade. Então, eu acho que a gente vai precisar ter uma discussão eventualmente até mais aprofundada com a equipe da Secretaria para ver como a gente leva isso que vocês já refletiram para o conteúdo do Plano de Ação Climática. Agora, nós não temos o contato que eventualmente vocês têm... A gente tem, claro, a gente participa, tem pessoas da FIESP, tem pessoas...sempre tem muito setor empresarial, mas talvez a gente não tenha essa informação de um modo mais organizado como a que vocês têm e aí era a minha pergunta: mais de longo prazo, você tem alguma coisa que você pudesse orientar a gente com relação a isso, com relação à postura das empresas?

Secretária Aline Cardoso (SMDET) - Primeiro, acho que é importante ressaltar que neste momento a gente está fazendo um mapeamento, está lá no site Green Sampa, está aberto um mapeamento para a gente identificar essas empresas. A gente realmente não tinha uma sistematização de dados nos mostrando como estavam organizadas, quem eram essas empresas. Esse processo está acontecendo agora. Então, essa estruturação do ecossistema, vamos dizer assim, ela está sendo feita. A gente inclusive fez uma parceria com a Grant Thornton, que é uma empresa de consultoria internacional, que já estava também estruturando alguma coisa. Eles já tinham uns 200 atores mapeados, mas acho que eles estavam esgotando um pouco a capacidade de alcance. A gente se uniu com a força da Prefeitura, a gente já ganhou esses 200 e a gente hoje está mapeando mais. A gente fez parceria também com alguns outros atores. Estou até estou procurando todos os nomes aqui - eu não tenho todos - mas, por exemplo, tem o pessoal do evento Greentech, que vai acontecer uma nova edição agora no dia 28 - depois de amanhã. A gente está se unindo, porque como o business ele vai se organizando sozinho, já tinham alguns eventos voltados a esse tema existindo, mas não havia uma política pública. A gente está aos poucos trazendo cada um desses atores, além, é claro, de FIESP ou mesmo os grandes compradores de soluções - AMLURB, SABESP etc. e tal. A gente está indo nessas fontes, juntando tudo isso e tentando organizar. Tudo é muito novo, o programa foi lançado em setembro, se eu não me engano; então, a gente está no começo. O bacana é que está tendo uma adesão muito rápida. Eu imagino que, quando o programa estiver fazendo seis meses, meados do ano que vem, meados do primeiro semestre, a gente já vai ter esse mapeamento mais organizado. Agora, eu acho que talvez o melhor resultado desse trabalho que a gente está fazendo é o que a gente pode abrir os olhos das pessoas para as oportunidades para a geração de novos negócios. Então, arboregócio, reciclagem ou todo o olhar de que a gente não está falando não se restrição e sim de oportunidade. E essa história que eu falei, e eu acho que

algumas cidades do mundo são muito boas nesse marketing, de narrativa. Quando você começa a falar, você começa a fazer as pessoas refletirem. Então, por exemplo, se eu vou numa faculdade de Gestão Ambiental, por exemplo, e começo a falar sobre a perspectiva de negócios no setor. De repente, o cara entrou na faculdade pensando em mandar o currículo para algum lugar e de ser um empregado. de trabalhar numa ONG, qualquer coisa assim. Quando você começa a falar oportunidade, negócio, dinheiro, renda, olha o exemplo dos outros países, olha a conexão da rede, a bolsa da aceleração, aí o cara desperta o espírito empreendedor dele. Eu acho que a gente tem aqui a dupla missão de organizar o que já existe, mas talvez de forma até mais importante, estimular novas coisas que poderão vir a existir, um fortalecimento do ecossistema. Eu não tenho uma resposta 100% do que vai acontecer para você, Laura, eu tenho uma resposta do que a gente quer estimular que aconteça. Agora, a gente tem que ver também como vai ser a reação do mercado. Eu acho que quanto mais os atores estiverem unidos, mais chance de esse resultado aparecer.

Luiz Ricardo Viegas (Secretário Adjunto) - Eu queria só, por favor, é extremamente importante o que você colocou. Eu queria lembrar só um número. Em saneamento, a cidade de São Paulo vai movimentar deste ano e o ano que vem, além de recursos do Pinheiros, que é 1,5 bilhão, a cidade de São Paulo vai investir 1,8 bilhão em saneamento. Este número... Nós estamos falando de resíduo, é 2 bi e meio, a cidade tem de orçamento para resíduo. Quando você começa a colocar este volume de negócio que acontece no território da cidade de São Paulo, você desperta, sim, uma perspectiva de abrir a mente. E, às vezes, a gente está fazendo esse esforço e não está conseguindo juntar as pessoas, que é o caso de transporte. Que que nós vamos fazer nos próximos anos com relação a investimento do transporte público da cidade? Esse movimento nós precisamos começar a tocar o trombone, mas levando para um discurso "olha, nós estamos para esse caminho, o plano é esse, essas são as metas". A gente somar esse discurso e reforçar esse discurso é extremamente importante.

Antônio Rudnei Denardi (SMT)- Você falou de transportes. É uma coisa que tem que estar integrada. Tem acontecido investimentos de transporte de uma maneira vultuosa. Vai ser entregue agora uma estação em São Mateus, no extremo da Zona Leste. Semana passada, foi acertado finalmente - parece que agora vai - a questão do Metrô a Brasilândia. Isso tudo tem que estar inserido dentro do desenvolvimento sustentável, onde entra tudo: entra meio ambiente, trabalho, mobilidade, serviços, enfim, tudo tem que estar inserido numa... Tem investimentos, tem vetores que levam a esse desenvolvimento econômico sustentável. Não é só a questão de se estar falando de planos, mas também de investimentos concretos que são realizados ano a ano.

Luiz Ricardo Viegas (Secretário Adjunto) - Já é uma realidade, que aliás é a grande dificuldade de transformar tudo em realidade.

Secretária Aline Cardoso - A gente também é muito ruim de comunicar e de juntar as coisas. Esse olhar estratégico. Esse movimento que o Prefeito Bruno está fazendo de empacotar algumas coisas, quer dizer, uma política de desenvolvimento econômico. Boa parte do que a gente vai fazer ali a gente já estava fazendo ou a gente já faria tem um Plano, só que o impacto quando você junta todas elas e explica o que está acontecendo e coloca isso como uma força é muito mais "uau", as pessoas param para pensar. A mesma coisa: uma política de mudanças climáticas. Algumas coisas nós gente já fazemos, alguns investimentos já estão colocados, algumas visões já estão aí, mas, primeiro, às vezes um mais um é mais que dois. Quando você põe tudo junto o efeito potencializa e segundo: essa coisa da narrativa. A gente não é muito boa nisso. Governo, em geral, não é muito bom para comunicar com a sociedade. Eu mesmo, às vezes eu falo para minha equipe "gente, o mais difícil a gente já fez; o mais fácil era contar para todo mundo o que a gente fez". E às vezes a gente gasta tanta energia fazendo mais o difícil e esquece de contar. Então a gente tem um produto bom, uma ideia boa, uma proposta boa que às vezes não fica disseminado, por isso que eu disse... não tem nada de negativo no que eu disse de narrativa, de bater o bumbo, de fazer barulho porque no fundo todo mundo faz. Se a gente não fizer o azar é nosso. Eu tenho um outro tema que eu estou trabalhando bastante, que é a questão das *startups*, da tecnologia. Você tem Recife batendo o bumbo, Florianópolis batendo o bumbo. A gente está perdendo algumas startups, algumas empresas de tecnologia para essas cidades. No fundo, no fundo, eles estão mais batendo o bumbo, porque em termos concretos a gente tem muito mais que eles, mas aí vem uma história bonita, um contexto e "ah, vou para lá que é melhor que aqui". Gente, desculpa, não é melhor que aqui, mas a história deles está mais bem contada que a nossa, então a gente precisa organizar as nossas histórias também.

Andréa Franklin (SIURB) - Só aproveitando a fala de vocês agora que me ocorreu aqui; eu estou pensando no Plano, que a gente está trabalhando nele e eu acho que esse repertório que foi colocado agora para nós vai ser importante conhecer, porque eu enxerguei muitas das possibilidades do que a Secretária colocou alimentando o Plano, para que, depois do Plano finalizado, entregue no meio do ano, sirva de instrumento até para a concretude das ações que a Secretaria dela vai trabalhar. A gente não tem esses dados. A Laura já comentou, mas acho que esse estreitamento para nós vai importante para nós, porque assim: quando tem Planos feitos e cada Secretária com seu, além da divulgação auxiliar, de ele tomar uma forma, eles se alimentam e a gente enxerga potencial de um para o outro, que eu acho que lá na frente dá força para aquilo acontecer.

Secretária Aline Cardoso - Um retroalimenta o outro, né?

Luiz Ricardo Viegas (Secretário Adjunto) - Aquela coluna equidade, está o discurso, está tudo aqui, está tudo aqui já, está falado, está lá na equidade. Nós estamos discutindo mitigação, fizemos, estamos na mitigação, está Ok, agora a gente está discutindo adaptação - vocês estão indo lá ver como faz, tal - e a equidade está pronta a estratégia da cidade que a Aline apresentou. Claro, é juntar tudo isso e falar "está aqui nesse Plano isso, tem a ver com o Plano de Desenvolvimento Econômico da cidade", quer dizer, é o mesmo discurso

Secretária Aline Cardoso - Eu não se eu deixei claro, eu falei que o futuro do trabalho ele pode gerar mais exclusão e desigualdade se a gente não fizer nada, porque aí o que eu acho que também cruza, vai ao encontro do que vocês então falando, é o seguinte: se a gente conseguir inverter a lógica, pelo contrário: ele pode gerar uma condição melhor. Alguns dos temas que são temas do futuro, se bem organizados, eles podem gerar oportunidades para todas as pontas. Os temas ambientais, por exemplo, a gente tem a possibilidade desde a possibilidade da inclusão dos catadores ou de quem vai cuidar de áreas verdes, que normalmente são pessoas com menos instrução, com menos oportunidade, que precisam ser incluídas economicamente, e elas podem ter mais oportunidade dependendo. Por exemplo, da árvore, a poda da árvore. Na poda da árvore você tem um lado mais técnico e um lado mais operacional. Se eu estruturo isso como uma cadeia de negócio, eu posso estar gerando oportunidade para quem tem menos qualificação e para quem tem mais qualificação. Por outro lado, vem lá a molécula que vai limpar o Tietê, o Pinheiros, que vai precisar de um PhD "xpto". Nesse tema, você tem os dois extremos sendo atingidos. Nesse olhar do ambiental com o social, talvez seja um dos temas mais complexos para a gente trabalhar, porque alguns outros temas como a tecnologia, é um tema do futuro? É. A gente precisa fomentar? Precisa, mas claramente ela exclui mais, porque a pessoa precisa ter mais lógica, mais matemática, mais engenharia, mais isso, mais aquilo. Não significa que eu não vou trabalhar o fomento à tecnologia - eu preciso -, mas como é que eu vou incluir a outra ponta da população? Aqui a gente tem um valor, Ricardo - não sei que vocês falam muito sobre isso -, mas esse valor de inclusão está mais presente nesse tema do que em alguns outros temas. Acho que um outro tema onde está bastante presente também é na saúde, porque na saúde, no olhar das profissões do futuro, você tem nicho médio que deve desaparecer ou diminuir, mas em compensação o cuidador, que é uma coisa que é menos qualificação, mas é mais humano, deve continuar e as especialidades devem continuar. Tudo que é mais generalista na medicina tende a ser superado, até por inteligência artificial, então a gente tem que ter esse olhar estratégico e isso é que muitas vezes a gente não para pra pensar, mas parando para pensar, a gente pode trazer um benefício gigantesco para a sociedade.

Luiz Ricardo Viegas (Secretário Adjunto) - Só para ilustrar o que você falou. Eu falei do arboregocio. Vou dar um exemplo: como é que um trabalhador corta a grama na cidade hoje? Vocês já viram os equipamentos que se usa, os EPIs que se usa, a roçadeira que se usa, que estraga a árvore, ou seja...E você fala assim "ah, será que não tem equipamento melhor"? Tem, só que assim: está numa multinacional que desenvolveu esse equipamento que está vendendo em outro lugar, que tem um mercado que eles estão oferecendo lá que a gente não usa. O nosso trabalhador não está treinado para fazer isso, não está capacitado. Quando você destrava o negócio, ela, enfim...isso é em qualquer atividade. O caso de resíduo está muito claro isso. O resíduo é uma.... Veja os caminhões que fazem coleta, o morcegão como é. É um lixo, normalmente você aquela coisa e essa dinâmica a gente precisa promover, por isso que o Poder Público, nesse sentido, ele tem uma capacidade muito... ele realmente força, nem fomenta, ele transforma mesmo. Eu acho que a nossa proposta, o nosso Plano ele tem que demonstrar isso, ele tem que enxergar essas oportunidades. É isso. Laura.

Laura Ceneviva (Secretária Executiva) - Secretária, palavras finais?

Secretária Aline Cardoso - Eu queria sugerir, se a gente puder - acho que hoje não tem muito tempo - se a gente pudesse fazer uma reunião mais de escuta. Poderia chamar, Ricardo, lá na Secretaria, se vocês não se incomodarem, se vocês quiserem chamar de uma reunião extra ordinária do Comitê, tudo bem, mas se não a gente qualifica como uma reunião de construção do Plano e eu queria chamar... De repente a gente pode pôr umas vinte pessoas em volta da Mesa, talvez até algumas pessoas que não estão aqui também a gente possa chamar, para que vocês possam dizer, com o conhecimento de vocês, como vocês enxergam as possibilidades de desenvolvimento de negócio das cadeias produtivas mais ligadas aos temas ambientais nos próximos dez anos. O exemplo simples do arbonegócio é um, acho que tem muitas outras contribuições que vocês podem trazer. Eu posso trazer outros atores, que até vai ser legal para esse cruzamento, e a gente poderia fazer talvez este ano ainda, por causa do cronograma, por volta do dia 15, uma reunião de umas duas horinhas de trabalho onde a gente quer mais ouvir e aí estimular também as interações. Tudo bem? Porque vocês nos ajudando, a gente já sai daqui com um grupinho considerável, eu trago mais alguns atores de fora, então uma reunião de trabalho do Plano Municipal de Desenvolvimento Econômico para a gente ouvir os inputs de vocês, que eu acho que certa forma já é também uma reflexão de vocês do eixo econômico do Plano de Mudanças Climáticas.

Luiz Ricardo Viegas (Secretário Adjunto) - Na verdade, acho que tem uma agenda com ela já, né? Ainda não? Eu estava esperando isso, Aline. Na verdade, é o seguinte: a gente vai sentar com todas as Secretarias, inclusive com a de Desenvolvimento Econômico, colocar o que é o Plano de Mudanças Climáticas, ou seja, para a gente começar a fazer essa troca. O que você já fez aqui você já mais ou menos já adiantou o que a gente vai fazer e é exatamente isso que a gente vai...

Secretária Aline Cardoso - Eu acho que a gente marca essa reunião ainda para este fim de ano. A única coisa que eu queria pedir é que além de agente falar em termos gerais, de Plano para Plano - que hoje vocês ouviram mais meu Plano, eu vou ouvir mais o Plano de vocês -, mas que a gente já traga, que já tenha uma to do list o que fazer em cada segmento, porque eu estou com problema de prazo no PMDE, que eu preciso fechar até janeiro; então, além de ouvir do Plano, eu queria ouvir pontualmente...

Luiz Ricardo Viegas (Secretário Adjunto) - A nossa entrega é até junho.

Secretária Aline Cardoso - A gente tem uma primeira entrega em janeiro. Tem uma outra em maio, mas essa primeira de janeiro já precisaria contemplar isso. Então, talvez a gente possa trocar os e-mails e meio que pedir para cada um já trazer, além do Plano, demandas pontuais ou ideias, sugestões de ativação econômica para os próximos anos. Pode ser?

Laura Ceneviva (Secretária Executiva) - Pensar a quantidade, o raciocínio em termos de mudança dos edifícios, da forma de consumir a energia e vai por aí tem um monte de coisa. Isso vai ser encaminhado. A gente tem a representação de vocês no Grupo de Trabalho Intersecretarial, que é a Taís. Exatamente. Isso vai ser agendado. Bom, gente, alguém tem mais algum comentário a fazer, algum dos membros? Alguma sugestão para futura pauta? Não? Então, a gente encerra a reunião hoje agradecendo a presença de todos. É uma pena que hoje muita gente está em outros eventos, nosso quórum foi baixo, mas foi muito útil e certamente vai ter repercussão porque as informações e as apresentações vão para a internet. Está bom? Combinado. Muito obrigada a todos.

Membros presentes à 77.ª Reunião do Comitê Municipal de Mudança do Clima em 26/11/2019

Felipe Massami Maruyama – SMIT

Leonardo Barbosa de Oliveira – SGM

Andrea Franklin - SIURB

Magali Antonia Batista - Secretaria da Saúde

Laura Lúcia Ceneviva - CMMCE SP

Luiz Ricardo Viegas - SVMMA

Outros interessados presentes:

Antônio Rudnei Denardi - SMT

Kaliane Oliveira - SRI

Nathalie Badaoui - C40

Ana Carolina Weiss - SME

Rômulo Araújo Fernandes - SME

Iris Coluna - ICLEI

Bárbara Hartz - Hartz Comunidade

Laércio Bruno - Eletra Bus

Viviane Yuri Yoshino - CBCS

Jane Zilda Ramires - CMMCE

Natasha Nogueira - FIESP

Denise Gonçalves Silva Malheiros - SMDU